

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE MESTRADO EM GEOGRAFIA**

**DINÂMICA COMERCIAL NO TERRITÓRIO DE
FRONTEIRA: REEXPORTAÇÃO E
TERRITORIALIDADE NA CONURBAÇÃO PONTA
PORÃ E PEDRO JUAN CABALLERO**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Eliana Lamberti

**Aquidauana /MS, Brasil
2006**

**DINÂMICA COMERCIAL NO TERRITÓRIO DE
FRONTEIRA: REEXPORTAÇÃO E TERRITORIALIDADE NA
CONURBAÇÃO PONTA PORÃ E PEDRO JUAN CABALLERO**

por

Eliana Lamberti

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Geografia, área de concentração em Desenvolvimento Regional, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), como requisito para obtenção do grau de **Mestre em Geografia.**

Orientador: Prof. Dr. Tito Carlos Machado de Oliveira

Aquidauana/MS, Brasil.

2006

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Centro de Ciências Humanas e Sociais
Programa de Pós-Graduação em Geografia

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, aprova a Dissertação de Mestrado

**DINÂMICA COMERCIAL NO TERRITÓRIO DE FRONTEIRA:
REEXPORTAÇÃO E TERRITORIALIDADE NA CONURBAÇÃO
PONTA PORÃ E PEDRO JUAN CABALLERO**

Elaborada por

Eliana Lamberti

Como requisito para obtenção do grau de
Mestre em Geografia

COMISSÃO EXAMINADORA:

**Tito Carlos Machado de Oliveira, Dr.
(Presidente / Orientador)**

Lisandra Lamoso, Dra. (UFGD)

Maria Alice Lahorgue, Dra. (UFRGS)

Aquidauana/MS, 04 de Dezembro de 2006.

DEDICATÓRIA

Ao Lauro, com quem divido meus sonhos, angústias e alegrias. Esse trabalho também é dedicado à outra pessoa especial: Gabriela Sabine, exemplo da riqueza sócio-cultural que só a fronteira é capaz de produzir.

AGRADECIMENTOS

Esse trabalho só foi possível porque contou com a colaboração de diferentes atores da fronteira Ponta Porã – Pedro Juan Caballero.

Por isso, é preciso fazer alguns agradecimentos especiais àquelas pessoas que disponibilizaram sua atenção e tempo para fornecer informações que foram essenciais para a construção desse trabalho, a saber: Carlos Roberto Schenone, Carlos Kuster Guerreros, Célia Candia de Gonzalez, Felipe Cogorno, Fernando Villasboa Romañach, Francisco Barreto, Gustavo Acuña, Gustavo Cañete, Hamilton Leal, Isabel e Heitor Mareco, Javier Osvaldo Romero, Luiz Alberto Cogorno Menezes, Luiz Villalba, Nicanor Luiz Orué, Pedro Alcides Zanquete Bondiman, Reinaldo Penner, Sara Olmedo, Sergio Feliciángeli, Sonia Fruto e Tomás Julian Medina.

As discussões realizadas com a equipe técnica do Plano Diretor do município de Ponta Porã (Wandi, Roberto, Theo, Regazzone, Dionete, Tina) e do Geo Cidades (Zefa, Alessandra, Cezes, Cláudio e Synara) foram substanciais para o desenvolvimento da pesquisa de campo assim como o apoio dos técnicos Estevão Copérnico Domingos Satti e João Batista dos Santos Neto da Unidade de Ponta Porã da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul.

Outra personalidade importante é a Prof. Dra. Lisandra Lamoso que através da orientação estimulou o exercício de entender a realidade fronteiriça.

RESUMO

Dissertação de Mestrado
Programa de Pós-Graduação em Geografia
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

DINÂMICA COMERCIAL NO TERRITÓRIO DE FRONTEIRA: REEXPORTAÇÃO E TERRITORIALIDADE NA CONURBAÇÃO PONTA PORÃ E PEDRO JUAN CABALLERO

Autora: Eliana Lamberti

Orientador: Tito Carlos Machado de Oliveira

Data e Local da Defesa: Aquidauana, 04 de Dezembro de 2006.

As últimas décadas do século XX podem ser definidas como um período em que transformações substanciais se converteram em novos desafios para empresas e governos. A expansão dos fluxos e o acirramento da concorrência internacional somados à integração entre os sistemas econômicos nacionais fizeram com que a competitividade fosse extensiva ao âmbito territorial. Portanto, estabelece-se uma nova lógica espacial: o espaço de fluxos que (des) conecta as sociedades e os territórios na lógica das redes. Nesse contexto, propaga-se o fim das fronteiras nacionais. Esses elementos formam o cenário do diagnóstico proposto pelo presente trabalho: analisar a lógica de atuação do capital comercial global no território de Ponta Porã (Brasil) e Pedro Juan Caballero (Paraguai) que se caracterizam pela condição de conurbação. De forma específica, analisa-se também, as redes de relacionamento comercial nessa fronteira, as redes de articulação do capital com o comércio mundial, a importância da economia local e regional, os obstáculos ao desenvolvimento de uma maior interação comercial e as perspectivas do território dentro de um processo de integração regional. Para alcançar esses objetivos, a pesquisa teve início com a definição teórica pertinente bem como dos conceitos relevantes para então realizar a observação empírica. A metodologia adotada permitiu identificar algumas especificidades das interações sociais, econômicas, culturais e políticas dos municípios. Ponta Porã e Pedro Juan Caballero apresentam alta integração funcional e formal que historicamente estão presentes na realidade desses municípios. A atividade reexportadora é um exemplo da integração conjuntural nesse território. Atualmente, o Mercosul deveria ser o instrumento de efetiva integração, mas não o é por diferentes razões. As políticas distintas que atuam nesse território geram gargalos empresariais e sociais que se convertem em obstáculos ao desenvolvimento.

Palavras-chaves: reexportação, lógica funcional, aspectos conjunturais.

ABSTRACT

The last decades of the twentieth century can be defined as a period in which substantial transformations were converted into new challenges to companies and governments. The flow expansion and the narrowing of the international competition added to the integration of national economical systems made competitiveness extend in a territorial ambit. Therefore, a new spatial logic was established: the space of flows that (des) connect the societies and the territories in the logical of the nets. In this context, the end of the national borders is spread out. These elements form the diagnosis scenery proposed by this work: analyzing the logical of the global commercial capital action in the territory of Ponta Porã (Brasil) and Pedro Juan Caballero (Paraguay) that are characterized by the condition of conurbation. In a very specific way, the nets of commercial relationship in this border, the capital nets articulations with worldwide business, the importance of local and regional economy, the obstacles to the development of a major commercial interaction and the territorial perspectives inside a regional integration process are also analyzed. To reach these goals, the research was initialized by a pertaining theory definition and the relevant concepts to then realizing an empirical observation. The adopted methodology permitted the identification of some specificities of social, economical, cultural and political county interactions. Ponta Porã and Pedro Juan Caballero present high level of functional and formal integration that historically are present in the reality of these municipalities. The activity of reexportation is an example of conjectural integration in this territory. Nowadays, Mercosul should be the instrument of effective integration, but it's not because of different reasons. The distinct policies that act in this territory generate entrepreneur and social funnels that are converted into obstacles to development.

Key Words: Reexportation, functional logic, conjectural aspects.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 3.1.1 - Mapa das cidades-gêmeas na fronteira internacional do Brasil.....	38
Figura 3.2.1. – Mapa zona de fronteira brasileira.....	41
Figura 5.1.1 - Cidades-gêmeas na Fronteira Platina.....	58
Figura 5.1.2 – Divisão Política-Administrativa do Paraguai.....	59
Figura 5.2.1 - Traçado urbano dos municípios de Ponta Porã (Brasil) e Pedro Juan Caballero (Paraguai).....	61
Figura 5.3.2.1 - Trajeto das relações comerciais de Pedro Juan Caballero na América do Sul.....	72
Figura 5.3.2.2 - Redes de relacionamento comercial de Pedro Juan Caballero em escala mundial.....	73

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	11
2. A FRONTEIRA: CONCEITOS, LÓGICAS E (RE) ARTICULAÇÕES.....	19
2.1 Abordagens conceituais sobre a fronteira.....	19
2.2 Os fluxos e a divisão tipológica das Fronteiras.....	22
2.3 O Território político e o território econômico: territorialidades e territorialização.....	25
2.4 Conexão <i>versus</i> fragmentação territorial.....	28
2.5 A lógica das redes e as redes de lugares.....	32
3. CONURBAÇÃO: INTERAÇÕES TRANSFRONTEIRIÇAS E A ATIVIDADE REEXPORTADORA.....	36
3.1 Território Conurbado <i>versus</i> cidades gêmeas.....	36
3.2 A Reexportação e o território de conurbação Brasil-Paraguai.....	40
3.3 A política econômica brasileira e o Tratado do Mercosul no contexto da conurbação.....	44
4. AS TRANSFORMAÇÕES ECONÔMICAS E TERRITORIAIS NA FRONTEIRA BRASIL / PARAGUAI.....	47
4.1 Aspectos históricos.....	47
4.2 Redefinições geopolíticas.....	48
4.3 Potencial econômico e o capital internacional.....	49
4.4 O tripé da Integração: política, sociedade e economia.....	52

4.5 Implicações políticas no desenvolvimento do território de fronteira.....	54
5. DINÂMICA COMERCIAL NO TERRITÓRIO DE FRONTEIRA: O PROCESSO REEXPORTADOR NA CONURBAÇÃO PONTA PORÃ E PEDRO JUAN CABALLERO.....	57
5.1 A reexportação e a territorialidade na fronteira.....	57
5.2 A geografia urbana e econômica da conurbação.....	60
5.3 Ponta Porã – Pedro Juan Caballero: Fronteira Viva.....	63
5.3.1 A lógica estrutural e conjuntural em Ponta Porã – Pedro Juan Caballero.....	67
5.3.2 A conformação das redes de relacionamento comercial.....	71
5.3.3 A prática do Tratado do Mercosul e outras implicações comerciais e políticas na fronteira Brasil-Paraguai.....	74
6. CONCLUSÃO.....	77
7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	83
8. ANEXOS.....	88
8.1. Anexo A - Roteiro de entrevistas.....	89
8.2 Anexo B - Sistematização dos entrevistados.....	91

1. INTRODUÇÃO

O território fronteiriço e sua inserção no contexto das transformações em escala global formam os dois elementos centrais da discussão proposta pelo presente trabalho.

Para diagnosticar o modo como um território de fronteira internacional específico se comporta frente aos novos paradigmas tecnológicos, comerciais e políticos, é preciso inicialmente definir o conceito de globalização e reconhecer as mudanças decorrentes desse processo.

Embora seja uma temática inspiradora de diversos trabalhos intelectuais, adota-se a leitura desenvolvida por Gonçalves (1999) que explica esse “fenômeno” como sendo resultado da interação de três outros processos, a saber: expansão extraordinária dos fluxos internacionais de bens, serviços e capitais; acirramento da concorrência nos mercados internacionais e a integração entre os sistemas econômicos nacionais.

Tais processos foram institucionalizados pela revolução da informática e das telecomunicações que possibilitaram a redução, em percentuais nunca registrados anteriormente, dos custos operacionais e transacionais em escala global. A ascensão das ideologias liberalizantes a partir dos anos de 1980 está presente no conjunto dessas mudanças.

Esse contexto de extraordinário progresso das ciências e das técnicas, bem como da aceleração contemporânea, resulta na percepção do mundo atual como caracteristicamente confuso.

Destaca-se então, o império da informação e do dinheiro. A informação usa a seu favor a produção do imaginário e o dinheiro promove a monetarização da vida social e pessoal. Dessa forma, as conseqüências dessas transformações são abundantes e perceptíveis nos mais variados âmbitos do cotidiano da vida humana: desde as relações de trabalho e hábitos de consumo até (e principalmente) na geopolítica mundial (Santos, 2004).

O padrão de desenvolvimento inerente ao processo irá repercutir tanto do ponto de vista da importância da localização das unidades produtivas nos diferentes territórios como na relação espaço-tempo.

A produção não está mais baseada somente na economia de escala, e sim na produção diversificada e em porções (lotes) menores que estimulam a inovação produtiva e a

exploração de nichos de mercados especializados. A competitividade é o fio condutor dessa lógica.

A nova organização capitalista pressupõe a dispersão e a mobilidade geográfica, além de respostas flexíveis nos processos e mercados de trabalho, bem como nos mercados consumidores. A esfera financeira não somente acompanhou esses pressupostos como foi importante agente. A reorganização e coordenação financeira foram responsáveis pela descentralização das atividades e dos fluxos através da criação de instrumentos e da ampliação desses mercados.

A questão temporal sofreu alterações no sentido de estimular a criação de demanda para os produtos da nova ordem que tem por pressuposto a flexibilidade. A propagação de um padrão de consumo através dos modismos permitiu seu alcance nos chamados mercados de massa, além da criação e consumo de bens não tangíveis (o setor de serviços).

A produção das mercadorias passou a seguir os princípios da instantaneidade e da descartabilidade que são extensivos, não apenas aos produtos, mas também aos aspectos relacionados com estilo de vida, valores, lugares e pessoas.

Do ponto de vista territorial, as mudanças estão intrinsecamente relacionadas com a atratividade e com as diferentes qualidades dos territórios que podem ser modificadas pela iniciativa pública ou pela privada, segundo os interesses para a promoção de um ambiente favorável aos negócios. Portanto, a abstração espacial desse momento é composta pela ênfase das qualidades de cada lugar, colocando uma nova situação: a competição entre localidades, cidades, regiões e nações.

As transformações iniciadas nos anos de 1970 definiram tempos depois (década de 1990), uma nova economia na qual o informacionalismo, a globalização e a lógica em redes preponderaram e orientam o comportamento de tudo e de todos. Nesse cenário, torna-se fundamental o papel que cada sociedade (leia-se ambiente institucional) desempenha no processo de desenvolvimento e incorporação tecnológica e, portanto na indução do crescimento da produtividade.

Assim sendo, as novas descobertas tecnológicas difundem-se por toda a economia e, conseqüentemente, promovem as mudanças do ponto de vista da produtividade se as instituições da sociedade, as empresas e os fatores relacionados forem capazes de acompanhar as mudanças substanciais em curso (Castells, 2005).

Portanto, as tecnologias da informação (comunicação) e políticas de desregulação (liberalização) dos governos e instituições internacionais acirram o caráter global dessa nova

economia que se pauta na escala planetária da capacidade de funcionamento como uma única unidade em tempo real.

Todavia, nem tudo pode ser definido enquanto global uma vez que parte da produção, dos empregos e das empresas continuará tendo um caráter local e regional, muito embora possuam um núcleo globalizado composto pelos mercados financeiros, pelo comércio internacional e também pela ciência e tecnologia.

Esse núcleo globalizado concentra a interdependência dos mercados de capitais e das moedas, e por isso as políticas econômicas, em especial as monetárias, também absorvem essa característica interdependente.

Algumas tendências do comércio internacional se destacam, a saber: a transformação setorial, a diversificação relativa com proporção crescente do comércio em direção aos países em desenvolvimento, a interação entre liberalização e regionalização da economia mundial e a formação de uma rede de relações comerciais entre empresas que ultrapassa os limites regionais e nacionais.

Todas essas tendências resultam em novas formas de desequilíbrios uma vez que a agregação de valor está pautada no componente de conhecimento tecnológico dos bens e serviços, alterando a natureza das trocas e reforçando a característica desigual entre os países com diferentes graus de desenvolvimento. Agora, trata-se do comércio de bens e produtos de alta e baixa tecnologia, serviços de altos ou baixos conhecimentos e não mais manufaturados versus matéria-prima. É a redefinição da Divisão Internacional do Trabalho.

Como resultado, tem-se a criação de blocos comerciais com bases protecionistas intra-regionais que dialeticamente se inserem no processo da globalização que pressupõe a liberalização do comércio. Nesse contexto, o Mercosul pode ser visto de forma otimista e segundo Castells (2005) é o único exemplo que se aproxima da idéia de bloco comercial, muito embora apresente diversos obstáculos a serem superados (como a coordenação das políticas monetárias e fiscais).

O paradigma tecnológico, aliado às formas e processos sociais abordados, está transformando o espaço e o tempo por meio de uma interação bastante complexa que não pode ser entendida pelo mero determinismo tecnológico.

A lógica espacial em curso é definida enquanto um espaço de fluxos. Ou seja, seqüências intencionais e programáveis de trocas e interação entre posições desarticuladas fisicamente e mantidas por atores sociais. O espaço de fluxo sustenta-se pela microeletrônica, telecomunicações e suas derivações, pelos centros com funções estratégicas e de comunicação e por fim, pela organização espacial das elites gerenciais dominantes.

A nova economia apresenta-se organizada a partir de centros de controle e comando que coordenam e gerenciam as atividades interligadas das redes, para tanto, estabelecem um padrão espacial pautado na dispersão e concentração simultâneas de serviços avançados. São as chamadas cidades globais.

Essas cidades desenvolvem a função de conectar ao mercado global com graus distintos de intensidade e em diferentes escalas, serviços avançados, centros produtores e mercados.

A lógica das redes se reproduz em escalas menores em torno dos centros locais e regionais, promovendo a interconexão na esfera global de tudo e todos, o que não se traduz em situação de igualdade de importância, uma vez que as relações de subordinação estão cada vez mais presentes entre os centros (globais, regionais ou locais) e os territórios do entorno.

Por outro lado, isso também não significa o desaparecimento de certas localidades ou territórios, e sim sua integração nas redes internacionais a partir dos seus setores mais dinâmicos.

Como resultado tem-se uma hierarquia territorial que está submetida ao processo concorrencial entre as cidades e ao comportamento variável do dinheiro e dos fluxos da informação, portanto, passível de alteração. Todavia, é a versatilidade das redes que importa no processo de conexão em redes globais dos centros produtivos e de consumo de serviços avançados com as sociedades auxiliares. Os lugares continuam tendo importância e expressão social, até porque a categoria de vivência do cotidiano se expressa em um lugar, porém, alteram-se os significados e as dinâmicas.

É a partir dessas transformações que se propõe a investigação da lógica global em território de fronteira internacional.

A fronteira por si só já é algo específico e quando a essa condição somam-se o caráter internacional e o processo de conurbação, as particularidades se multiplicam. Os territórios do Paraguai e da Bolívia conformam a fronteira internacional do Estado de Mato Grosso do Sul que possui 44 (quarenta e quatro) dos 78 (setenta e oito) municípios localizados na faixa de fronteira internacional. Desses municípios, 03 (três) são áreas urbanas que fazem contato fronteiriço contíguo, ou seja, são conurbações internacionais (Ponta Porã – Pedro Juan Caballero, Coronel Sapucaia – Capitã Bado, Paranhos – Ypê Ju).

É o território de conurbação formado pelos municípios de Ponta Porã, do lado brasileiro, e Pedro Juan Caballero, do lado paraguaio, que compõe o objeto de investigação do presente trabalho.

Essa investigação alimenta-se na seara da geografia econômica e da geografia urbana e tem por objetivo realizar o diagnóstico da lógica de atuação do capital comercial global nesse território. A esse objetivo vinculam-se outros específicos e complementares: estudar as redes de relacionamento comercial na fronteira; mensurar e analisar as redes de articulação do capital com o comércio mundial; dimensionar a importância da economia local e regional; identificar os obstáculos ao desenvolvimento de uma maior interação comercial e localizar as perspectivas do território dentro de um processo de integração regional.

Para atender a esses objetivos, a metodologia de pesquisa corresponde à definição de normas básicas de argumentação racional para que o processo de investigação seja suficientemente rigoroso, preciso e coerente de modo a evitar as possíveis arbitrariedades e falta de ordem lógica.

Do ponto de vista da geografia econômica, as alternativas metodológicas de investigação correspondem aos métodos indutivo e dedutivo que permitem a aproximação do conhecimento sem negar a existência dos componentes subjetivos e ideológicos. Para efeito dessa pesquisa, adotou-se o método dedutivo caracterizado como aquele em que o trabalho inicia-se pela definição teórica para então realizar a abordagem da observação da realidade.

Portanto, em relação à orientação metodológica, o presente trabalho tem como ponto de partida o interesse de entender a organização e o dinamismo do território de fronteira, especificamente de Ponta Porã e Pedro Juan Caballero.

Considerando-se a condição de fronteira internacional, busca-se entender o âmbito local sem ignorar o âmbito mundial que segundo Méndez (1997, p.02) é “....*aparentemente lejano pero cada vez más presente, tanto en la identificación de los problemas como de las oportunidades que surgen en nuestro entorno.*”

Soma-se a esse entendimento, a importância de se considerar a ação exercida pelos variados fatores que embora tenham conformações diferentes, se articulam e sobrepõe-se de modo a influenciar a realidade territorial. Tais fatores referem-se às condições naturais, heranças históricas, características populacionais, organização político-institucional, aspectos culturais e sociais e condições econômicas.

Coloca-se assim, o território não como mero cenário inerte sobre o qual instalam-se múltiplos elementos, mas como agente ativo que influencia diretamente as possibilidades sociais e econômicas.

Esse raciocínio insere-se na concepção de geografia econômica que pode ser definida enquanto o estudo das inter-relações (e sua evolução) dialéticas existentes entre a atividade econômica e o território, sem ignorar, obviamente, as políticas que buscam reorientar essas relações proporcionando um caráter dinâmico diante das mudanças de longo prazo.

Méndez (1997) destaca que a geografia econômica, independente da definição que se adote, aborda as inter-relações a partir de duas perspectivas.

A primeira considera que o território exerce uma influência multiforme sobre o funcionamento econômico, seja como fonte de recursos, como suporte das atividades ou como obstáculo ao deslocamento. Concomitantemente, suas características¹ influenciam a eficiência, rentabilidade e organização das empresas e, por conseguinte das atividades econômicas.

A segunda perspectiva considera que as atividades econômicas, por sua vez, influenciam a organização do território por meio das consequências ou impactos visíveis que afetam: o meio ambiente e a qualidade de vida, a mobilidade, o crescimento e as características da população, os processos de urbanização, a composição e problemas do mercado de trabalho, a definição de áreas dinâmicas ou não e a definição de relações de dominação ou dependência com o exterior².

Desse modo, em atendimento ao objetivo geral e aos complementares desse trabalho nos capítulos iniciais foram expostos os conceitos e a revisão dos pressupostos teóricos que embalam a interpretação da realidade na fronteira Ponta Porã - Pedro Juan Caballero.

Destarte, a definição teórica corresponde às abordagens conceituais acerca da fronteira, extrapolando o tradicional entendimento geopolítico-militar. Trata-se da fronteira a partir do conjunto das interações sociais, culturais, econômicas e políticas.

Num segundo momento apresentam-se as implicações, os problemas e as particularidades da fronteira a partir das lógicas e articulações: os fluxos conjunturais e estruturais e a tipologia das fronteiras. Em seguida, os conceitos de território, territorialidade e

¹ Recursos humanos e naturais, acessibilidade e infra-estrutura. Tais características ajudam a entender a estrutura interna em relação ao nível de desenvolvimento e do maior ou menor dinamismo da economia, bem como as desigualdades existentes nas diferentes escalas.

² Para tanto é preciso que alguns aspectos dos sistemas econômicos (entendidos como o comportamento da economia e do território a partir das suas complexidades organizadas) sejam identificados: sua dimensão (volume de atividades, empregos e produção envolvidos); a estrutura interna (características das empresas, importância das diferentes atividades, inter-relações e fluxos); a localização das atividades e especialização dos territórios; a evolução e dinamismo da estrutura e da localização; e os fatores explicativos das decisões dos agentes econômicos.

territorialização se fazem presentes, bem como a discussão das possibilidades de conexão e fragmentação territorial a partir da lógica das redes (Capítulo 2).

O embasamento teórico não se encerra. A qualidade de conurbação e cidades-gêmeas requerem também uma abordagem conceitual, assim como o processo de reexportação e as implicações da política econômica brasileira e do Tratado do Mercosul no contexto dessa configuração urbana (Capítulo 3).

A observação da realidade se mescla com a teoria a partir do resgate histórico da formação econômica e da atividade reexportadora no território de fronteira e na sequência, o resgate dos principais fatores tanto do ponto de vista econômico, como social e político que corroboraram para o desenho atual do território investigado e apresentam-se enquanto agentes dessa realidade (Capítulo 3 e 4).

A pesquisa de campo caracteriza-se enquanto um processo de entrevistas e levantamento de dados e informações junto aos órgãos oficiais e representantes qualitativos dos principais segmentos sócio-econômicos da fronteira.

A análise das informações obtidas por meio da pesquisa de campo (pesquisa empírica) à luz dos elementos teóricos necessários para tal exercício apresentados nos capítulos anteriores estão presentes no último capítulo (Capítulo 5).

Essa etapa foi realizada nos meses compreendidos entre maio e setembro de 2006 e pautou-se na análise qualitativa e não quantitativa dos indicadores, uma vez que o tratamento estatístico tornou-se inviável diante do caráter informal das relações na fronteira.

Dessa forma, foram entrevistados representantes das seguintes instituições: Consulado do Brasil no Paraguai, Consulado do Paraguai no Brasil, Gobernacion del Departamento del Amambay, Municipalidad de Pedro Juan Caballero, Ministério da Indústria e Comércio do Paraguai, Câmara da Indústria e Comércio de Pedro Juan Caballero, Paraguay Vende, Banco Bilbao Vizcaya Argentaria /BBVA e Administração de Aduana de Pedro Juan Caballero. Além dessas instituições foram entrevistados despachantes aduaneiros e empresários de diferentes segmentos comerciais de Pedro Juan Caballero.

Do ponto de vista metodológico, outros exercícios estão presentes nesse trabalho. Em primeiro lugar, o rigor no uso dos termos e expressões da geografia econômica sem a devida apresentação do conceito e variáveis implícitas, e em segundo, o cuidado para não incorrer na redução das análises ao viés economicista.

Então, as próximas páginas são resultado de dois anos de observação, pesquisa e reflexão sobre as interações sociais, econômicas, culturais e políticas no cotidiano da fronteira entre Ponta Porã e Pedro Juan Caballero.

Tem-se o discernimento de que o tema e a problemática abordados não foram esgotados, muito ao contrário. Por isso, espera-se que a leitura desse trabalho sirva de inspiração para novos estudos sobre a vida na fronteira e motivação aos pesquisadores das diferentes áreas do conhecimento.

2. A FRONTEIRA: CONCEITOS, LÓGICAS E (RE) ARTICULAÇÕES.

2.1 Abordagens conceituais sobre a fronteira

Diante do pressuposto de seu potencial desaparecimento, a fronteira no contexto da globalização tem sido recorrente objeto de investigação.

Muito embora a palavra fronteira, num primeiro exercício de reflexão, pareça algo de fácil definição e se apresenta relacionada ao termo limite e soberania de um Estado sobre um território, ou seja, aos limites políticos-geográficos dos territórios nacionais, Oliveira (1994) destaca o componente contraditório que acompanha o seu entendimento.

A fronteira pode ser descrita como o limite que separa as nações (e coloca em evidência as identidades) e algo que dilui esses processos por indicar um espaço de tangência e por isso de potenciais identificações e de possibilidades sociais, culturais, econômicas e políticas.

Essas possibilidades são elásticas e mutáveis perante os novos elementos que definem a dinâmica territorial. Embora as fronteiras sejam definidas numa escala intranacional como um subespaço nacional, elas podem estar mais ou menos integradas ou mais ou menos isoladas da dinâmica do país. Para Arroyo (1997, p. 28): “elas são parte de uma área não homogênea, mas, sim, contígua, atravessada por uma divisão jurídico-política que a separa de outro e, em consequência, a transforma em zona de contato”.

O contato a partir das relações de vizinhança (amizade, integração, indiferença, hostilidades) é resultado da dinâmica econômica e política nacional de cada país. As relações e os decorrentes conflitos (entre os aspectos externo e interno) expressam-se nas estratégias empresariais. Essas estratégias são definidas pelo mercado interno de cada país que, diante das problemáticas, podem optar por um processo de internacionalização.

A internacionalização configura o lado externo que passa a se sobrepor ao interno e por isso reforça o processo de transnacionalização do território como resultado da extensão dos circuitos espaciais de produção e círculos de cooperação. Logo, organizam uma rede de relações além das fronteiras nacionais.

Outros estudiosos da temática reforçam essa compreensão. Lahorgue (1997) sinaliza que a cooperação transfronteiriça apresenta-se a partir de duas dimensões (geográficas e políticas):

[...] a cooperação pode ser de vizinhança, como no caso das regiões de fronteira, mas nada impede que seja continental, sem contigüidade, ou que se referencie a características inerentes a um determinado clima ou acidente geográfico, como a fachada mediterrânea, por exemplo. Juridicamente, a cooperação é delimitada pelas normas de direito público, pelas práticas administrativas e pela política externa nacional. (LAHORGUE, 1997, p. 51)

Melo (1997) defende a necessidade de se extrapolar a definição geopolítica (material e identificável nos mapas) do termo fronteira para realmente obter a compreensão ampla do processo.

Para o autor é preciso considerar os aspectos simbólicos que remetem à concepção de fronteira econômica, política, social, cultural, tecnológica e do conhecimento que separam indivíduos de um mesmo espaço físico-geográfico. Por outro lado, não se pode ignorar as relações de poder que definem essas fronteiras por meio de uma relação de hegemonia sobre o “que é necessário pensar e considerar como sendo fronteira a manter ou a suprimir” (p. 68).

As fronteiras formais são expressões de poder que lhe dão mobilidade por meio da expansão ou retração dos domínios. Por isso, a globalização enquanto prática dominante que prioriza o capital em detrimento do homem e de seus aspectos subjetivos preconiza a aniquilação das fronteiras que obstruem o desenvolvimento do capital e dos mercados.

Moura (1997, p.96) explica que esse comportamento faz com que as fronteiras sejam percebidas em certos momentos como áreas de risco: “Embora sejam sempre transponíveis por trocas estabelecidas pela sociedade, as fronteiras abrem-se ou fecham-se, dependendo da origem dos interesses, voltando-se para determinados interessados”. E mais:

O crescimento de algumas cidades, sobrepondo-se ao de outras, produz uma configuração espacial onde as relações e os traçados desenham mapas contínuos. Nesses aglomerados, os caminhos da ocupação ignoram contornos político-administrativos, as exigências de dotação de infra-estruturas e serviços independem de endereço e a comutação diária constrói uma comunidade única (MOURA, 1997, p. 96)

Portanto, a percepção de homogeneidade do território é apenas aparente; a fragmentação se apresenta no processo de urbanização e na produção de novas territorialidades a partir dos movimentos de concentração, exclusão e seleção do solo urbano.

Abinzano (2005) define a fronteira como complexo espaço da resistência global. O autor parte da idéia de linha de fronteira como pontos de atuação das instituições³ especializadas no controle dos fluxos de toda ordem, e mais, como realidades concretas atreladas territorialmente e definidas de modo complexo e sutil pelas leis e respectivas constituições.

A complexidade está pautada no comportamento e combinação das leis e regras que ora se sobrepõem, ora se mesclam, ora são fontes de contradições dependendo dos diferentes momentos das relações entre os países.

As linhas de fronteira estão contidas no interior dos territórios de fronteira que são espaços transnacionais embalados por um conjunto de múltiplas relações (econômicas, sociais, políticas, trabalhistas, culturais e pessoais).

Os limites sócio-antropológicos da fronteira fazem com que a sociedade que a habita seja constituída de inúmeras especificidades. É esse caráter coletivo social que deve importar na construção das análises sobre fronteira:

Hay acciones humanas y orientaciones ideológicas jugando dialécticamente en el tiempo porque las regiones de frontera son el escenario de relaciones sociales fundamentalmente dinámicas. Y, por otra parte, las líneas de frontera que aparecen como la variable más rígida dentro la región de fronteras está permanentemente adaptándose a los cambios nacionales o globales potenciados actualmente por el proceso de integración (ABINZANO, 2005, p. 80)

O autor ressalta ainda que não são completamente válidas as investigações que não consideram todas as perspectivas do outro lado da linha de fronteira. Incluem-se nesses elementos as práticas ilegais, como o contrabando que para a população local não é percebido como ato ilegal, haja vista o processo de globalização que faz com que o dinheiro ilegal (oriundo do tráfico de drogas e contrabando) esteja “misturado” e associado aos grandes capitais monopolísticos que circulam no sistema financeiro mundial.

A ordem e a desordem embora tenham conotações contraditórias não são assim percebidas no território de fronteira porque ela não é apenas uma linha, e sim elemento da comunicação biossocial responsável pela regulação e expressão de um equilíbrio dinâmico não exclusivo da fronteira. (Raffestin, 2005, p.13).

³ A nomenclatura dessas instituições se altera de acordo com cada país variando entre as denominações de aduanas, oficinas de imigração, forças armadas e de segurança nacional, entre outros.

2.2 Os fluxos e a divisão tipológica das Fronteiras

A interação dos diferentes elementos e variáveis no território de fronteira permite a proposição de análises explicativas para tais movimentos.

Segundo Pébayle (1994), as regiões fronteiriças apresentam uma organização espacial cuja origem é embalada por lógicas de fluxos econômicos de naturezas diferentes: uma com implicações estruturais e outra com implicações conjunturais.

A primeira se caracteriza temporalmente enquanto permanente e se refere às trocas (de bens, serviços e informações) entre os espaços com diferentes atuações e especializações que podem ser motivadas pelo que o autor denomina de compensações regionais e soma-se a esse aspecto a questão da complementaridade nas produções das nações.

Os fluxos conjunturais estão atrelados às especificidades da política econômica, com destaque para as políticas monetárias e cambiais, adotadas pelos países em questão.

O caráter conjuntural atua de forma a estimular ou não as relações comerciais e turísticas dos territórios de fronteira, em especial a atividade dos sacoleiros e, por conseguinte o processo de reexportação, que acoplado a outros fluxos, promovem dinamismos urbanos em ambos os lados da fronteira. Ou nas palavras de Pébayle:

Por originais e obscuras que possam ser essas trocas, elas não deixam de animar cidades e zonas rurais fronteiriças e de conferir-lhes limites frequentemente elásticos, tal é a capacidade que o entusiasmo pelo contrabando tem de impor-se nos espaços distantes das fronteiras por ocasião de gradientes financeiros ou comerciais particularmente poderosos.(PEBAYLE, 1994, p. 15)

Aprofundando a discussão, o autor explica que as fronteiras, em especial as fronteiras definidas por cidades conurbadas, desenvolvem uma relação de hierarquia urbana que reflete, por sua vez, o sistema de compensação entre economias regionais e nacionais distintas tendo suas atribuições comerciais definidas como resultado desse sistema.

Retomando a problemática monetária, a ausência de moeda ou preços únicos faz com que toda e qualquer alteração de paridade monetária altere e comprometa sensivelmente as relações comerciais caso não seja adotado algum tipo de reequilíbrio para compensar as variações cambiais.

Além disso, não é possível ignorar a fragilidade financeira decorrente tanto do processo inflacionário, como do endividamento desses países diante da transnacionalização

dos sistemas financeiros⁴. Essa problemática tem implicações sociais que podem ser traduzidas em processos migratórios enquanto resposta aos desequilíbrios regionais.

Com relação ao Mercosul especificamente, o autor apresenta alguns elementos importantes para o entendimento sobre a fronteira e o processo de integração na América do Sul. O ponto de partida é a análise crítica de alguns aspectos do tratado do Mercosul, em especial, a ausência de orçamento próprio e o real poder de intervenção. Esses problemas comprometem a abertura comercial dos países membros bem como a imposição de novas lógicas de regionalização aos territórios fronteiriços⁵.

Outro exercício no sentido de elaborar uma análise interpretativa da realidade dos territórios de fronteira encontra-se no trabalho de Oliveira (2005).

As especificidades fronteiriças abarcam, como apontado anteriormente, os aspectos sociais, políticos, jurídicos, culturais e econômicos que tanto complementam como limitam o desenrolar da vida na fronteira que Oliveira (2005, p.379) explica: “Enquanto as leis no Estado-Nação funcionam de forma horizontal onde todos, sem distinção, estão sob sua égide e suas imposições, na fronteira, existe um escopo legal dividido em duas partes”.

Se um primeiro olhar permite a percepção de que tudo está mesclado, um segundo olhar mais atento permitirá identificar os “limites” (sejam eles legais, fiscais, sociais ou culturais) da fluidez cotidiana. A conotação do que é legal ou ilegal⁶ pode parecer à primeira vista algo explícito e de fácil identificação, mas por outro parece não ser considerada.

O ilegal se torna corriqueiro, cotidiano e mistura-se de tal modo à rotina da fronteira, que não é mais percebido como tal⁷ ou os benefícios dessa prática são entendidos como mais

⁴ O autor destaca ainda que esse aspecto está intimamente relacionado com a dependência financeira externa que em geral é suprida por bancos estrangeiros que por sua vez não estão “preocupados” com projetos de reequilíbrio regionais cuja rentabilidade não seja garantida a curto e médio prazos.

⁵ Em todo o desenrolar do trabalho de referência, o autor desenvolve sua análise do Mercosul de forma comparativa com a Comunidade Econômica Européia (CEE) principalmente com relação a variável tempo. O autor destaca que se pretendia resolver algumas questões do Mercosul em cinco anos, o que a CEE levou cerca de dez anos. Além disso, mesmo a CEE ter previsto e efetivado a multiplicação dos recursos e fundos de financiamento em mais de trinta anos, não conseguiu resolver o problema das disparidades sociais e econômicas dos países membros. O Mercosul não prevê esse tipo de ação e soma-se a isso um agravante: as regiões fronteiriças do Mercosul estão significativamente distantes dos centros econômicos e decisórios dos países, o que as torna espaços periféricos em relação a esses espaços que monopolizam as decisões e as informações. Do ponto de vista sociológico, o autor afirma que diferentemente do que ocorre na CEE, os países membros do Mercosul não comungam de hostilidades. No entanto, ressalta-se que as consequências sociais e psicológicas da Guerra do Paraguai e posteriormente da Guerra do Chaco não foram esgotadas do ponto de vista analítico.

⁶ Legal diante da existência de leis específicas de cada Estado-Nação e a necessidade de conviver, entender e respeitar ambas as legislações, e, ilegal diante da não previsão de determinados aspectos fronteiriços do ponto de vista legal ou mesmo da impotência da legislação..

⁷ Aqui se faz referência não somente ao contrabando, mas, sobretudo às práticas diárias como a circulação de veículos de ambas as nacionalidades nos dois lados da fronteira, a pirataria e sua comercialização, a contratação de trabalhadores de ambas as nacionalidades irregularmente e o consumo de serviços públicos de um país por residentes em outro.

relevantes do que os malefícios.

Cada “fronteira” apresenta-se com uma intensidade maior ou menor de conexão com seu território contíguo, e é isso que a tipologia das relações de fronteira procura explicar a partir dos conceitos de integração formal e funcional.

A integração formal é aquela que, como o próprio nome pressupõe, está respaldada na legislação através de acordos bilaterais de âmbitos comercial, educacional ou de caráter fitossanitário entre outros, ou seja, pressupõe um aparato institucional e respalda-se na presença dos agentes do circuito superior⁸.

A integração funcional se refere ao circuito inferior da economia. É consequência da força de mercado e da articulação dos atores sociais e ainda, é, para Oliveira (2005, p.383) “... aquela que consolida a complementaridade cotidiana, os empréstimos de máquinas, instrumentos e equipamentos realizados, em especial, no setor rural, e as manifestações realizadas entre unidade de administração local não sustentadas em acordos jurídicos.”

Sendo assim, a integração funcional se refere às atividades comerciais e de serviços, incluindo as ações de grupos empresariais ou associações comunitárias no sentido de desenvolverem iniciativas para incrementar essas atividades.

Ambas as integrações apresentam-se em intensidades e conexões diferentes uma vez que, do ponto de vista do Estado-Nação, a formalidade deve ser expandida e sob a ótica da população, a funcionalidade tem maior importância e define as complementaridades.

Diante disso, a tipologia das relações fronteiriças propõe quatro tipos de fronteira a partir da interação da formalidade e funcionalidade, a saber: Fronteira Morta (apresenta baixa integração formal e baixa integração funcional); Território Perigoso (apresenta baixa integração formal com alta integração funcional); Fronteira Burocrática (apresenta alta integração formal e baixa integração funcional) e Fronteiras Vivas (apresenta alta integração formal com alta integração funcional).

A última tipologia é a que mais se aproxima da realidade do território fronteiriço de Ponta Porã e Pedro Juan Caballero e estará sendo discutida especificamente no capítulo 5.

⁸ De um modo geral, o circuito superior é resultado direto da modernização tecnológica, inclui bancos, comércio, indústria urbana moderna, serviços modernos, atacadistas, transportadores; tecnologia importada e de alto nível (capital intensivo); dispõe de crédito bancário (grandes firmas criam e controlam os bancos). Enquanto que o circuito inferior é resultado indireto da modernização tecnológica; se refere a fabricação não capital intensiva, serviços não modernos a varejo, comércio não moderno e de pequena dimensão; tecnologia baseada em trabalho intensivo; crédito e dinheiro líquido (pessoal direto). Ver: SANTOS, Milton. O Espaço Dividido. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004 (2ª edição).

2.3 O Território político e o território econômico: territorialidades e territorialização.

Para compreender a dinâmica no território de Ponta Porã e Pedro Juan Caballero e atender aos objetivos propostos pelo presente trabalho, é necessário apreender ainda outros conceitos. Os termos território, (des) territorialização e territorialidade inserem-se nesse exercício à luz da globalização.

Santos (2002) explica que a temática território é imprescindível para entender o que acontece no mundo. A importância do território está respaldada na compreensão de que ele é a base (o lugar) onde tudo acontece: desde a vida, os sentimentos, as paixões até a esfera do processo de dominação e de poder.

Dessa forma, o território deve ser entendido não apenas pelos recursos naturais disponíveis e sua demografia ou qualquer simplificação do gênero, mas sim enquanto território usado que, conceitualmente, quer dizer o chão (aspecto físico) e inclui a identidade e as significações particulares (aspectos subjetivos). O território entendido dessa forma torna-se, então, objeto de análise.

Para o dinheiro, que é representado pelas relações de produção e de poder, um determinado “lugar” tem importância até o momento em que possa oferecer ganhos de escala para o modelo de produção vigente, ou seja, até o momento em que garanta vantagens competitivas para a reprodução do capital. A partir do momento em que isso cessa aquele lugar ou território deixa de ser interessante e, portanto passível de descarte.

O dinheiro impõe sua lógica através das empresas e dos governos mundiais. As empresas (globais) desorganizam e desagregam o território na tentativa de impor a organização que lhe é necessária (ou conveniente).

Gonçalves (2004) explica essa percepção ao afirmar que a expressão “*time is money*” é mais uma forma do capitalismo sinalizar que há claramente a valorização do tempo sobre o território. A busca incessante pelo aumento da produtividade através da tecnologia coloca a velocidade enquanto objetivo do capitalismo. Nessa perspectiva, os limites territoriais são flexíveis e mutáveis assim como os padrões de produção.

Destarte, o território deve ser entendido enquanto uma categoria que pressupõe um espaço geográfico apropriado e esse processo de apropriação, que se define como territorialização, é algo dinâmico e em cada momento apresenta uma determinada ordem, uma determinada configuração territorial.

A territorialização enseja identidades que então configuram as territorialidades.

As territorialidades (identidades) são relativamente preservadas porque possuem uma materialidade, uma vinculação com a produção da vida que a lógica do capital não consegue reduzi-la, por mais que a ditadura do dinheiro e da informação tente através da constante criação de necessidades e do estabelecimento de padrões de consumo.

Haesbaert (2004) dedica-se a essa problemática. A abordagem desenvolvida pelo autor procura desatar os nós decorrentes das confusões e das frágeis construções teóricas acerca dos impactos desse estágio capitalista sobre a porção territorial⁹.

No exercício de discutir o processo de desterritorialização, o autor ressalta que é imprescindível definir o conceito de território que se quer trabalhar e propõe três categorias: a política, a cultural¹⁰ e a econômica.

Para efeito desse trabalho, a primeira e a última vertentes são relevantes, embora comunga-se que a integração entre essas três definições é algo inegável, haja vista que para Haesbaert (2004, p. 79) “... não há vida sem, ao mesmo tempo, atividade econômica, poder político e criação de significado, de cultura.”

Do ponto de vista político, incluindo o aspecto jurídico, como o próprio termo indica, o território é espacialmente delimitado e controlado a partir de relações de poder: o poder político do Estado.

A vertente econômica apreende a dimensão espacial das relações econômicas e, portanto, entende o território como a sobreposição das relações entre as classes sociais, o capital, o trabalho e as fontes de recursos. O produto dessas relações caracteriza-se como a divisão territorial do trabalho.

Assim como o território pode ser classificado a partir de três perspectivas, a desterritorialização¹¹ também o é¹².

A ênfase econômica está inserida no contexto da globalização e, portanto, relaciona-se com os processos de fragmentação, fragilização do trabalho e da produção. Logo, a desterritorialização do ponto de vista econômico pode ser apreendida como sinônimo da globalização ou, senão, uma das suas características fundamentais: o enfraquecimento das

⁹ Para alguns, a globalização provoca o processo de desterritorialização, no entanto, o que se tem de fato é a fragilização da mediação espacial nas relações sociais. Como resposta, uma nova formação territorial advém dessas mudanças por meio da reconstrução a partir de outras escalas. As confusões decorrem de um erro anterior, a conceitualização da porção territorial como sinônimo de espaço ou espacialidade, ou em sua generalização como simples dimensão material da realidade.

¹⁰ A definição do território a partir da vertente cultural pressupõe o território como dimensão simbólica e subjetiva relacionada a valorização (simbólica) de um grupo em relação ao espaço vivido.

¹¹ A separação dos conceitos a partir de aspectos políticos, econômicos e culturais tem o objetivo de delinear os diferentes enfoques e facilitar o processo analítico que a temática provoca.

¹² Embora a desterritorialização não seja algo exclusivo desse estágio do capitalismo, é a partir desse período que o processo efetivamente ganha destaque.

bases territoriais em função da lógica das escolhas da localização das empresas e das relações de trabalho¹³, bem como algo específico ao setor financeiro e sua natureza imaterial e instantânea.

As consequências apontadas por Haesbaert (2004) não diferem da problemática apontada por Santos (2002). Ao contrário, reforçam a discussão e acrescenta que:

[...] se existe, uma desterritorialização do ponto de vista econômico, ela está muito mais ligada aos processos de expropriação, precarização e/ou exclusão inseridos na lógica de acumulação capitalista do que nas simples esferas do capital “fictício”, da deslocalização das empresas ou da flexibilização das atividades produtivas. É preciso, antes de mais nada, distinguir “desterritorialização por quem e para quem”. (HAESBAERT, 2004, p. 193).

De qualquer modo, a desterritorialização em sua matriz econômica inclui de forma indissociável outras dimensões sócio-espaciais atinentes ao papel do Estado-nação, das fronteiras e da identidade cultural.

É no contexto do Estado-nação que está baseada a discussão da desterritorialização no âmbito político, até porque os conceitos tradicionais para o território são extensivos ao papel e poder do Estado.

Considerando que o Estado é uma entidade genérica e que deve ser historicamente situada para entender seu papel desterritorializador e promotor de novas territorializações do ponto de vista político-administrativo universal, a desterritorialização política está vinculada à concepção de território como algo criado e sustentado pelo Estado moderno.

O autor critica o exercício de se vincular a desterritorialização apenas ao aspecto espacial que é sustentado pelo debate em torno do fim do Estado ou da prevalência de um mundo sem fronteiras. A discussão e sua complexidade estão além desse recorte.

O que se tem de concreto para Haesbaert (2004, p. 202) é que “... não só as empresas invadiram searas antes de domínio quase absoluto dos governos, como passaram a exercer uma espécie de poder paralelo”. As transformações globalizantes modificaram e tem modificado a soberania dos Estados nacionais, situação que pode ser constatada através das privatizações neoliberais, dos conflitos de interesses agora regidos no interior das empresas e não mais através dos governos e da própria perda de poder dos Estados sobre a taxação dos lucros empresariais.

Como resultado tem-se a construção de uma nova des-ordem territorial extremamente complexa. As consequências dessa complexidade não podem ser resumidas à

¹³ Nesse aspecto estão relacionados termos como deslocalização e multilocalização diante da ampliação das possibilidades de localização e de produção a partir da flexibilização proporcionada pelos meios de comunicação e transporte.

perda ou mudança de poder das fronteiras nacionais e tão somente ao surgimento de novos tipos de fronteira¹⁴ decorrentes da rearticulação territorial.

O papel do Estado diante das fronteiras também revela contradições: se por um lado promove a liberação de capitais e mercadorias, por outro elenca uma série de normas e regras para a circulação da força de trabalho.

Haesbaert (2004, p. 26) também pressupõe em sua construção teórica o fenômeno das redes “... que conecta pontos e entrecruza sua própria trama”. O domínio dos territórios-rede que embora sejam descontínuos são articulados e conectados de forma intensiva¹⁵.

Com relação ao espaço indispensável à reprodução social, o mesmo não está delimitado por fronteiras. Está delimitado por redes onde a mobilidade interfere na construção de identificações e referências espaço-simbólicas, que Haesbaert (2004, p. 280) explica: “Assim, territorializar-se significa também, hoje, construir e/ou controlar fluxos/redes e criar referenciais simbólicos num espaço em movimento, no e pelo movimento”.

Não se pressupõe que a mobilidade seja algo totalmente novo, mas a sua predominância é completamente inusitada principalmente em seu caráter qualitativo.

Por conseguinte, o conceito de território é construído a partir do seu movimento, ritmo, fluxos e redes permeados de significados e expressões (para quem o constrói ou dele usufrui).

As redes não podem ser apresentadas como uma forma abstrata de composição de espaços, mas sim como componente territorial indispensável com ênfase na dimensão temporal-móvel do território, e por isso destaca-se seu caráter dinâmico e repleto de conexões.

2.4 Conexão *versus* fragmentação territorial.

Santos (2004), no exercício de contribuir para a construção de uma teoria do espaço e da urbanização capaz de explicar as entrelinhas do processo em curso, explicou que, a partir

¹⁴ Como exposto anteriormente, assim como o conceito de território não pode nem deve ser resumido com relação a delimitação estatal, as fronteiras também não podem ser conceituadas de forma simplista. Há que se considerar que se as fronteiras na escala global tem perdido importância, surgem novas fronteiras com relevância em outras esferas (locais, por exemplo).

¹⁵ Todavia, deve-se atentar para o fato de que desterritorialização não é sinônimo da estruturação de uma sociedade em rede, uma vez que a sociedade em rede pode significar novas territorializações onde o elemento principal para a formação dos territórios é a rede.

das transformações do fim do século XX, a importância da base territorial na apreensão das mudanças, principalmente em se tratando dos países subdesenvolvidos¹⁶, tem aumentado.

A esfera espacial apesar de formar um *continuum* no tempo apresenta-se variável tanto no aspecto quantitativo como, e principalmente, no aspecto qualitativo dependendo do lugar.

O processo de modernização em curso é absorvido de forma heterogênea pelas diferentes sociedades, logo é possível afirmar que a história espacial também é seletiva e promove instabilidade, desequilíbrios e ajustamentos na organização do espaço. Por essa razão, a inserção do espaço dos países subdesenvolvidos ocorre de forma seletiva, haja vista que se organiza em função dos interesses em escala mundial e influências oriundas de diferentes níveis de decisão.

A construção teórica de Santos parte da definição de dois circuitos econômicos distintos, responsáveis pela organização do espaço enquanto resposta à difusão de novos gostos (modernização poderosa) e da sua coexistência com os gostos tradicionais (realidades sociais herdadas): o circuito superior e o circuito inferior (já comentados no item 2.2).

Os “novos gostos” são resultados da modernização, que para o autor, é definida como:

[...] a generalização de uma inovação vinda de um período anterior ou da fase imediatamente precedentes. Em cada período histórico assim definido, as regiões “polarizadoras” ou centros de dispersão do poder estruturante dispõem de energias potenciais diferentes e de diferentes capacidades de transformá-las em movimento. A cada modernização, o sistema tende a desdobrar sua nova energia para os subsistemas subordinados. Isso representa uma pressão para que, nos subsistemas atingidos, haja também modernização. (SANTOS, 2004, p. 31)

Dessa forma, a onda de modernização termina por ser extensiva a todos os lugares do globo apresentando-se com resultados e conseqüências diferentes, segundo a capacidade de absorção e de reação.

Os países periféricos são atingidos pelas ondas de modernização por meio da difusão de duas variáveis primordiais para a transformação da sociedade, da economia e da organização do espaço: a informação e o consumo. Essas variáveis são importantes haja vista que geram por um lado forças de concentração e por outro, forças de dispersão que (re) definem as formas de organização do espaço.

¹⁶ Para o autor, o termo que melhor se aproxima da realidade dos países anteriormente definidos como do Terceiro Mundo, é subdesenvolvimento e não em vias de desenvolvimento uma vez que possuem características próprias e especificidades em sua evolução que não podem ser comparadas com estágios anteriores dos países desenvolvidos e que indiquem que eles estejam no caminho do desenvolvimento.

Enquanto a informação está a serviço do consumo, o próprio consumo tem um comportamento dialético por meio da diversificação da demanda diante dos novos padrões de consumo. Essa diversificação não é necessariamente acompanhada pelo aumento do nível geral de renda ou da sua distribuição de forma menos concentrada¹⁷. O consumo moderno, portanto, irradia-se e atinge cada vez mais sociedades, mesmo que sua incidência seja esporádica ou parcial.

Pelo lado da oferta de postos de trabalho, considerando o elevado coeficiente de capital das indústrias modernas, o número de empregos tem comportamento limitado e responde cada vez em menor grau às necessidades de criação de empregos.

A resposta dessa problemática está no que Dupas (1999) define como as duas contradições do capitalismo global. A primeira se relaciona com a escala de investimentos necessários à liderança tecnológica, que requer um processo de concentração dos líderes das principais cadeias de produção compondo um conjunto restrito de algumas empresas gigantes.

A segunda faz referência ao caráter fragmentado baseado na busca da eficiência e na conquista de mercados (consumidores e fornecedores) através de novas relações comerciais (como as terceirizações e estabelecimento de franquias). E ainda:

Apesar do desemprego estrutural crescente (incapacidade progressiva de geração de empregos formais em quantidade ou qualidade adequadas), o capitalismo atual garante sua dinâmica também porque a queda do preço dos produtos globais incorpora continuamente mercados (inclusão) que estavam à margem do consumo por falta de renda. Não é a toa que alguns dos maiores crescimentos de várias empresas globais de bens de consumo tem sido registrados nos países periféricos da Ásia e América Latina, onde se concentra grande parte do mercado dos mais pobres. (DUPAS, 1999, p. 40)

Em outro trabalho¹⁸, Santos (2004) acrescenta à sua construção teórica do espaço, a análise de que o atual estágio do desenvolvimento capitalista altera-se apresentando novos contornos, novas dimensões e novas características.

Assim como os “melhores pedaços” dos territórios são absorvidos por alguns atores específicos (poderosos), os lugares, por sua vez, absorvem os embates entre o território e os atores, os movimentos de fundo da sociedade.

Se por um lado, os territórios estão sendo compartimentados, por outro o poder decisório sobre eles é cada vez mais fragmentado e concentrado diante de parâmetros exógenos (ou lógicas exógenas). O dinheiro redesenha a fluidez do território de modo a

¹⁷ O que segundo Furtado (1968 apud SANTOS, 2004, p.37) pode ser definido enquanto “deformação da estrutura do consumo”.

¹⁸ SANTOS, Milton. Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2004.

comandar todas as atividades que lhe são pertinentes e age como indutor do uso do território. Os efeitos da lógica exógena promovem:

[...] situações de alienação que escapam a regulação local ou nacional, embora arrastando comportamentos locais, regionais, nacionais em todos os domínios da vida, influenciando o comportamento da moeda, do crédito, do gasto público e do emprego, incidindo sobre o funcionamento da economia regional e urbana, por intermédio de suas relações determinantes sobre o comércio, a indústria, os transportes e os serviços. (SANTOS, 2004, p. 93)

Mas a atuação do dinheiro, contudo, depara-se com limitações de natureza interna e externa. Os limites internos relacionam-se com a própria subdivisão político-administrativa em diferentes níveis, e os limites externos se referem às fronteiras estabelecidas.

A conjugação desses limites, somados aos aspectos legais e dos costumes, promovem diferentes categorias¹⁹ para o papel do Estado, já que o dinheiro global tem uma ação territorial que pode gerar situações de ingovernabilidade, ignorando as estruturas e normatizações vigentes.

Uma nova contradição está posta: a tendência (e necessidade²⁰) de homogeneização do dinheiro global perante as resistências locais à sua expansão.

A partir dessa perspectiva, Santos justifica sua compreensão da fragilidade da organização dos blocos econômicos na América Latina, em especial o Mercosul. Para ele, o Mercosul é:

[...] uma prática limitada ao comércio, e seu próprio projeto é menos abrangente quanto às relações sociais, culturais e políticas. Não há uma clara preocupação de buscar um desenvolvimento homogêneo e as iniciativas de investimento têm muito mais a ver com o crescimento do produto, isto é, com o florescimento de certo número de empresas voltadas para o comércio regional, das quais, aliás, algumas são igualmente inseridas no comércio mundial. (SANTOS, 2004, p. 103)

Com relação ao papel das moedas dos países membros, o autor destaca que não são diretamente conversíveis nem comunicáveis uma vez que são moedas dependentes.

Diante do processo regulador e homogeneizador do dinheiro (global) essa situação de dependência é ainda mais expansiva e promove fraturas sociais e territoriais, além de ameaçar a unidade nacional.

Nessa problemática, inserem-se as definições de verticalidades e horizontalidades.

As verticalidades expressam-se no território como sendo o conjunto de pontos que formam um espaço de fluxos²¹, ou seja, um subsistema dentro da totalidade-espaço em

¹⁹ O Estado territorial, o território nacional e o Estado Nacional.

²⁰ Entende-se a natureza da necessidade diante dos benefícios oriundos da adaptação às novas condições do dinheiro (fluidez financeira) enquanto instrumento de competitividade. A unificação monetária está associada a uma nova divisão do trabalho renovada em especial no território europeu.

consonância às tarefas produtivas hegemônicas. A interação com níveis econômicos e espaciais mais abrangentes é caracteristicamente vertical, dependente e alienadora²².

Como resultado, tem-se a prevalência dos interesses privados sobre os interesses públicos: “As frações do território que constituem esse espaço de fluxos constituem o reino do tempo real, subordinam-se a um relógio universal, aferido pela temporalidade globalizada das empresas hegemônicas presentes.” (2004, p. 107).

As horizontalidades²³ são entendidas enquanto zonas de comportamento contíguo, formando extensões contínuas compondo um contexto de solidariedade orgânica, onde empresas, instituições e pessoas formam um conjunto de produções localizadas interdependentes. As atividades relacionadas às horizontalidades são criadas e sustentadas pela oferta do meio geográfico local.

2.5 A lógica das redes e as redes de lugares

Finalmente, as discussões anteriores convergem direta ou indiretamente, para o conceito de regiões ganhadoras (ou perdedoras) e para a lógica das redes que estão intimamente relacionadas com as grandes cidades, as megalópoles.

Benko e Lipietz (1994) reafirmam que as últimas transformações capitalistas alteraram, em primeiro lugar, a relação capital / trabalho, em segundo lugar a organização industrial e, por conseguinte a relação entre as empresas.

Nesse contexto, as regiões ganhadoras emergem e definem-se enquanto regiões baseadas na produção de bens (mercadorias e serviços) exportáveis.

O enfoque microeconômico desse processo propõe que a partir da busca pela otimização dos recursos, a constituição de uma hierarquia urbana atende a seguinte premissa: “As produções urbanas tenderão, pois, a organizar-se em redes de lugares centrais cujas áreas de influência cobrirão o espaço...” (1994, p. 6). Apesar de essa explicação remeter a conclusão de uma relação do tipo centro-periferia, destaca-se que mesmo o lugar mais simples é centro de uma periferia engendrando uma *rede mais fina*.

²¹ Os espaços de fluxos através das macroempresas mantêm relações de agregação e cooperação que objetivam organizar as atividades a partir de fatores e interesses externos às áreas de incidência, e, portanto regulam o conjunto do espaço.

²² O caráter alienador pauta-se na condição de que as decisões essenciais que afetam os lugares obedecem a motivações estranhas e externas a esse lugar.

²³ Santos associa o termo ao conceito de espaço banal. Além disso, aponta que é nesse âmbito que o Estado possui uma atuação limitada, muito embora tendo condições políticas adequadas de intervenção.

Certas cidades se destacam em relação a outras por mérito, como resultado de um círculo: uma vida econômica mais ativa é resultado de uma sociedade com atitudes cooperativas e conectadas.

Em outro exercício²⁴, os autores concluem que a chave da nova geografia econômica está no entendimento da aparente espontaneidade dos agentes e das suas iniciativas concorrentes.

A lógica das redes pode ser definida como a “... forma de organização interempresas cuja governância foi definida para além do mercado” (1994, p. 249), a formatação das redes depende, então, das formas técnicas e sociais de organização e articulação.

Portanto, o desenvolvimento (e a maturidade) endógeno é a mola propulsora para acompanhar as transformações e inserir-se nelas de forma positiva, nesse sentido, a especialização flexível (logo, o novo paradigma tecnológico) impulsiona tanto o retorno das fábricas e escritórios às zonas urbanas, como uma nova ordem no crescimento das metrópoles.

Para Veltz (1994) as mudanças entre e nos setores industrial e terciário promoveram uma fronteira “cada vez mais vaga e permeável”. Concomitantemente, essas mudanças são extensivas à relação das empresas com o território, uma vez que se anteriormente a divisão espacial do trabalho acompanhava a divisão técnica e social, na atualidade os conceitos atinentes ao aspecto técnico e social caracterizam-se enquanto vagos e inadequados.

A problemática atual baseia-se não em como dividir o trabalho, mas sim como efetivar a ligação²⁵, integrar.

Para Veltz, a organização em redes “... constitui evidentemente uma oportunidade muito importante para se obter um melhor equilíbrio espacial, uma distribuição mais equitativa dos recursos e um território menos bipolarizado, à imagem das suas empresas.” (1994, p.197).

Em contrapartida, o processo de metropolização tem sido reforçado e configura-se na forma da metrópole-rede. O problema centra-se na possibilidade do agravamento da criação de um território a duas velocidades.

Tem-se então, o território-rede com lógica²⁶ complexa e carregada de potencialidades que se apresenta “... defasado em relação ao território da política, da administração e da vida quotidiana.” (1994, p. 197) E por isso:

²⁴ Referimo-nos a outro texto dos autores, a saber: Das redes de Distritos aos Distritos de Redes.

²⁵ Para Veltz essa problemática decorre de alguns aspectos pontuais: maior peso das fases a montante e a jusante, maior indeterminação dos conceitos de produtividade-volume e complexificação dos objetivos de produção, alteração do quadro temporal, novas formas de interligação mercado-produção, procura de estruturas e formas de gestão transversais e a tendência para o desenvolvimento de relações de parceria.

O lugar ocupado por uma cidade nas redes de trocas e de produção que a ligam a outras cidades do mesmo nível ou de nível superior, tornar-se-ia a partir de agora mais importante do que as relações em extensão, baseadas na vizinhança e no encadeamento hierarquizado das áreas envolventes. (VELTZ, 1994, p. 200).

Caravaca (1998) também se dedicou ao estudo dos denominados novos espaços (ganhadores e emergentes).

O seu raciocínio parte do contexto da incorporação das inovações, em especial a tecnologia das informações, que faz com que o capital intangível se sobreponha à forma fixa do capital anteriormente dominante. Como resultado, não somente o mercado de trabalho sofreu transformações quantitativas e qualitativas como também a relação espaço-tempo.

Os impactos no âmbito territorial correspondem ao modo e ao grau de articulação das sociedades no sistema global²⁷ e no espaço de fluxos, diante de suas vantagens e potencialidades, assim definindo novas formas de organização do território, haja vista que a esfera territorial não é mero objeto passivo e suporte físico, e sim agente ativo e dinâmico que influencia as relações socioeconômicas.

Nesse sentido, Caravaca propõe dois grupos de transformações interligadas: as socioeconômicas e as territoriais. As primeiras decorrem da revolução tecnológica e das novas formas de acumulação e regulação resultantes da globalização econômica. As segundas resultam dos processos de concentração seletiva, multiplicação de fluxos materiais e imateriais e da crescente importância do espaço de redes.

Como consequência dessas transformações, tem-se o incremento da competitividade²⁸ e o aproveitamento intensivo dos recursos²⁹.

A interação das transformações e movimentos resulta em novos desequilíbrios territoriais, que Caravaca denomina enquanto o surgimento de espaços ganhadores, emergentes e inovadores bem conectados às redes e, áreas marginais mal conectadas ou excluídas.

Por isso o espaço organizado em redes é descontínuo e fragmentado, dinâmico e instável: ilhas de prosperidade *versus* mar de atraso.

²⁶ Tanto a complexidade como a defasagem relaciona-se ao fato de que a busca pela minimização dos riscos fragiliza os compromissos territoriais e privilegia o mercado externo em relação ao interno.

²⁷ Para Caravaca, o sistema global é desequilibrado e está em constantes mudanças, uma vez que impera a contradição entre territórios mais ou menos conectados e marginalizados.

²⁸ Leia-se a crescente competitividade no âmbito interempresarial, interpessoal e interterritorial sobrepondo as vantagens competitivas em relação às comparativas.

²⁹ Relaciona-se a utilização criativa e dinâmica dos bens territoriais e culturais, físico-naturais, humanos e monetários, além da revalorização do território como dinamizador econômico.

A consolidação do espaço em redes pressupõe uma nova morfologia sócio-territorial, uma lógica espacial dominante, e contrapõe as noções de: espaço de fluxos e espaço de lugares, território-rede e território-superfície, espaço abstrato e espaço concreto, global e local.

Logo, essas mudanças imperativas à reestruturação espacial possuem raízes econômicas, tecnológicas, sociais e culturais que:

Por un lado, una creciente integración y dependencia entre territorios cada vez más extensos, articulados por todo tipo de flujos, tanto materiales como inmateriales. Por outro, una dispersión de las actividades y la población, que reduce el gradiente densimétrico para favorecer la información de subcentros en nodos de alta accesibilidad conectados a las principales arterias e intercambiadores multimodales de transporte, donde se localizan tanto actividades industriales y logísticas, como grandes superficies comerciales, parques de oficinas, de ocio, etc. (CARAVACA, 2003, p.5)

Dentro de um mesmo espaço metropolitano podem coexistir e se relacionar empresas, atividades, grupos sociais e territórios que são classificados como ganhadores ou perdedores segundo sua capacidade de adaptar-se às transformações estruturais da atualidade.

3. CONURBAÇÃO: INTERAÇÕES TRANSFRONTEIRIÇAS E A ATIVIDADE REEXPORTADORA.

3.1 Território Conurbado versus cidades gêmeas.

A definição do conceito de território e das suas implicações metodológicas exigem outras definições diante de algumas particularidades do objeto de estudo desse trabalho.

O território de Ponta Porã e Pedro Juan Caballero apresenta uma característica que precisa ser explicada: a condição de conurbação que, comumente, é entendida como sinônimo de cidades-gêmeas.

De acordo com Benito (2003) a expressão conurbação surgiu no início do século XX e desde então vem sendo redefinida de modo a atender a necessidade de se qualificar alguns comportamentos urbanos. A continuidade física é o ponto de partida para a análise do território conurbado e em geral apresenta-se como resultado do crescimento de duas ou mais cidades.

Do ponto de vista da evolução da geografia urbana, diferentes abordagens e conceitos fizeram (e fazem) parte da conceitualização do termo, além disso, vários elementos, em menor ou maior grau, compõem o arcabouço teórico explicativo para tal expressão.

A conurbação configura-se como uma área urbana composta por um grupo de cidades organizadas. A partir dessa característica, outras podem ou não estar presentes, como a hierarquia; a autonomia do ponto de vista das atividades e da administração; a contigüidade das edificações, independente dos limites administrativos territoriais; junção das franjas de dois centros urbanos por meio da ocupação contínua e a dependência e especialização funcional.

Diferentemente da aglomeração (que supõe maior dependência), a conurbação pressupõe a individualidade das cidades embora a densidade urbana e populacional implique

em riscos e problemas oriundos da justaposição tanto pelo lado da demanda como da oferta de serviços públicos e privados.

Com relação ao tamanho, existem alguns exemplos de conurbação que envolvem milhões de habitantes, como na Europa e Estados Unidos (Chicago) e outros com cerca de 50.000 habitantes. Portanto, não é o aspecto demográfico o mais relevante para sua identificação.

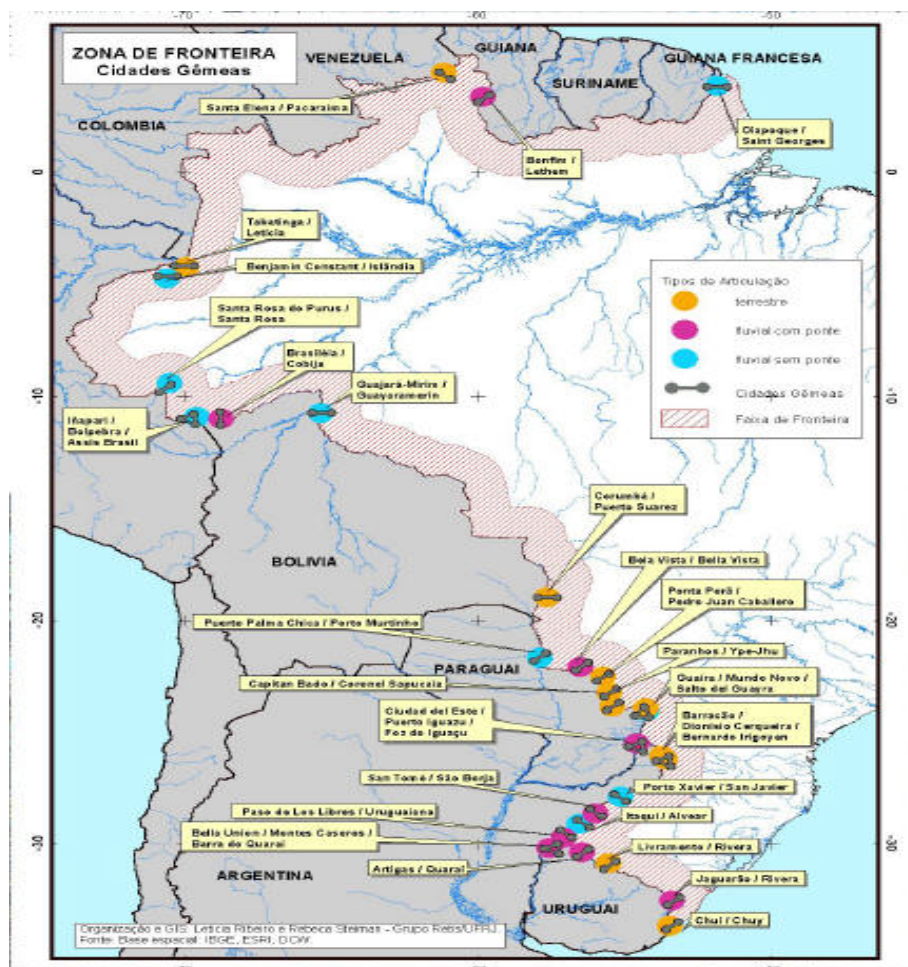
É no âmbito da conurbação que navega outro termo: cidades-gêmeas.

Como nesse trabalho todos os conceitos abordados estão necessariamente inseridos no contexto da fronteira, retoma-se a temática através do trabalho de Machado (et. al., 2005), que define a fronteira como um território de interação que apresenta uma paisagem específica e um componente social constituído por diferentes fluxos e interações transfronteiriços cuja territorialização define-se na forma de cidades-gêmeas.

De acordo com a Proposta de Reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira (BRASIL, 2005), a fronteira brasileira apresenta diversos exemplos de cidades-gêmeas, como mostra a figura 3.1.1.

Embora não sejam muitos os exemplos de cidades-gêmeas em toda a extensão da fronteira internacional brasileira, estas se destacam em termos numéricos nos territórios dos Estados de Mato Grosso do Sul e Rio Grande do Sul, mas é na fronteira internacional do Paraná que se encontra o principal exemplo de cidades-gêmeas: Ciudad Del Este e Foz do Iguaçu.

A particularidade comum dessa conformação urbana diz respeito ao “formato” da linha divisória: “O maior número e as mais importantes cidades-gêmeas ou estão localizadas em fronteira seca ou estão articuladas por pontes, seja de grande ou pequeno porte” (BRASIL, 2005, p. 153).



Fonte: Grupo Retis. Disponível em: <http://www.igeo.ufrj.br/gruporetis>.

Figura 3.1.1. Mapa das cidades-gêmeas na fronteira internacional do Brasil.

As cidades-gêmeas enquanto adensamentos populacionais cortados pela linha de fronteira possibilitam diferentes processos de integração (econômica, cultural, etc) e de conflitos que em geral não estão previstos na forma de leis, normas ou regulamentações. Além disso, o desenvolvimento nem sempre é simétrico nesse território dado que vigoram leis e objetivos de nacionalidades diferentes com estreita proximidade física posto que:

Tais assimetrias são interessantes por indicar, além de diferenças de grau de desenvolvimento econômico dos países, tipos diferentes de economia regional, e dinâmicas distintas de povoamento fronteiriço. Inserções mais favoráveis no espaço-rede nacional, condições geoambientais desfavoráveis ao povoamento, ausência de infra-estrutura de articulação entre as aglomerações vizinhas, relações políticas entre as unidades administrativas locais e o governo central são outros fatores que influem sobre a evolução urbana das cidades fronteiriças. (BRASIL, 2005, p. 154)

Contudo, o traçado urbano ou a disposição geográfica dessas cidades não é influenciado somente por características físicas, ao contrário, a ação dos atores institucionais,

como unidades militares ou jurídico-administrativas, influenciou o processo de uso e ocupação do solo.

As cidades-gêmeas apresentam várias especificidades decorrentes das possibilidades dos fluxos transfronteiras.

Esses fluxos são atinentes aos fatores trabalho, capital, terra (e outros recursos naturais) e serviços de consumo coletivo.

O fator trabalho apresenta mobilidade em resposta às oportunidades percebidas e tende a migrar para a porção territorial mais desenvolvida que oferece um número maior de possibilidades de trabalho, sejam elas formais ou informais, sazonais ou regulares. O resultado dessa interação é a redução das pressões demográficas e do desemprego, embora possa dar margem à exploração ilegal dos trabalhadores.

Os fluxos de capital se caracterizam pela dificuldade em sua mensuração e pela relativa imobilidade se comparada ao fator trabalho. A legislação brasileira normatiza tanto os fluxos de capital estrangeiro como impede que estrangeiros sejam proprietários de empresas no território brasileiro.

A mesma lei proíbe a instalação de empresas industriais com maioria de ações pertencentes a estrangeiros, o que não impede, por outro lado, que investidores brasileiros instalem unidades industriais e agroindustriais do lado menos desenvolvido em busca de trabalho barato e desorganizado (inclusive trabalhadores brasileiros residentes em qualquer uma das cidades-gêmeas), e de padrões ambientais menos rigorosos. Os lucros, no entanto, são invariavelmente drenados através da fronteira para o Brasil. (BRASIL, 2005, p. 157)

Os recursos naturais, incluindo a terra, apresentam custos menores do lado menos desenvolvido da fronteira atraindo investimentos dos indivíduos do lado oposto, como o que tem ocorrido com os brasileiros proprietários de terra no Paraguai e na Bolívia.

Os desníveis na oferta e disponibilidade dos serviços públicos, em especial saúde e educação, promovem outras interações que requerem a expansão dos recursos destinados para essas áreas.

Portanto, as interações em território de conurbação internacional apresentam diferentes implicações, haja vista a incidência e sobreposição de fatores e variáveis de diferentes nacionalidades. O resultado é um ambiente complexo do qual derivam diferentes problemáticas.

A partir desse entendimento, inicia-se o processo de delimitação da temática a ser investigada nesse trabalho: a dinâmica comercial no território da fronteira do Brasil com o Paraguai. E uma das expressões das relações comerciais na fronteira é a atividade reexportadora.

Para analisar a reexportação na conurbação Ponta Porã - Pedro Juan Caballero, metodologicamente concluiu-se necessário entender essa atividade na conurbação Foz do Iguaçu- Ciudad Del Este.

Esse exercício justifica-se, como exposto anteriormente, pelo fato de que esse território compõe o principal exemplo de cidades-gêmeas. Em segundo lugar, pelo fato de Ciudad Del Este ser uma cidade paraguaia e por isso apresentar os mesmos elementos do ponto de vista político-administrativo que Pedro Juan Caballero, ou seja, inserem-se no mesmo Estado-nação. Além disso, estão intimamente conectadas pela atividade reexportadora, como será exposto nos próximos capítulos.

3.2 A Reexportação e o território de conurbação Brasil-Paraguai.

A fronteira do Brasil no contexto da América do Sul apresenta alguns números significativos.

Segundo Costa e Gadelha (2005) trata-se da situação de vizinhança com dez países (15.719 Km.), envolve 588 municípios e um contingente populacional de aproximadamente 10 milhões de habitantes.

O mapa a seguir apresenta a fronteira internacional brasileira e destaca alguns municípios.



Fonte: Grupo Retis. Disponível em: <http://www.igeo.ufrj.br/gruporetis>.

Figura 3.2.1 – Mapa Zona de fronteira brasileira.

Embora os números por si só justifiquem a importância do território de fronteira, as dificuldades permanecem historicamente e se relacionam com o pouco desenvolvimento econômico e as dificuldades de acesso a bens e serviços públicos.

É no âmbito do desenvolvimento econômico que a temática reexportação tem ocupado o centro das discussões sobre as relações comerciais em território de fronteira, em especial a relação entre o Brasil e o Paraguai.

Para entender a problemática proposta é necessário apresentar o conceito e a contextualização que o tema requer.

O Código Aduaneiro do Paraguai apresenta a seguinte definição:

La reexportación es el tratamiento que permite la salida sin sujeción a las restricciones o prohibiciones económicas de las mercaderías extranjeras

ingresadas al territorio aduanero que se encuentre: sometida al régimen suspensivo de admisión temporaria para perfeccionamiento activo. (Ley n° 2422/04, Sección 7, artículo 191)

Ou seja, a reexportação se refere à entrada de mercadorias em um país produzidas em outro com o objetivo de serem vendidas ao exterior independente da ocorrência do processo de transformação ou não dessa mercadoria no país que importou. Alguns aspectos determinam essa prática como a inexistência de uma série de fatores tais como relações políticas e comerciais, rede adequada de transporte, técnicas e capitais suficientes para a transformação do produto por parte do país exportador (Ratti, 2000).

Portanto, a reexportação corresponde ao processo de entrada de bens finalizados ou não num determinado país com destino a um terceiro país, logo não se destina ao mercado consumidor interno do país importador.

Essa temática foi abordada por Penner (1998) que analisou o processo de reexportação e o movimento comercial e financeiro no Paraguai a partir de Ciudad Del Este³⁰. Segundo o autor, inúmeras são as implicações (positivas e negativas) e dificuldades de análise da prática reexportadora em região de fronteira.

Assim como Pedro Juan Caballero, Ciudad Del Este³¹ faz fronteira com o Brasil (Foz de Iguaçu) e está comumente associada às atividades ilegais como a comercialização de produtos falsificados, lavagem de dinheiro e operação de máfias internacionais.

O comércio entre cidades-gêmeas (e o contrabando) é prática comum em todas as áreas de fronteira, não sendo específico do Brasil ou do Paraguai, e deriva tanto do fluxo de bens e pessoas, como das possibilidades de usufruir as facilidades decorrentes das diferentes normas e legislações proporcionadas pela existência de dois estados-nacionais.

Essa atividade não é exclusividade do Paraguai³² e o Brasil direta ou indiretamente contribuiu para o arrefecimento da mesma. Segundo Campos e Pereira:

³⁰ O trabalho de referência intitulado “Movimiento Comercial y Financiero de Ciudad Del Este perspectivas dentro del proceso de integración” foi desenvolvido através da Gerência de Estudos Econômicos do Banco Central do Paraguai em convênio com o Banco Interamericano de Desenvolvimento. O estudo é integrante do Programa de Melhoramento de Registro da Conta Corrente da Balança de Pagamentos do Paraguai. Uma das primeiras observações citadas no trabalho se refere ao desafio de uma investigação dessa natureza: buscar estatísticas e dados que sejam confiáveis em um país onde a economia e o comércio exterior apresentam como característica principal a informalidade.

³¹ Segundo Kleinke (1997), Ciudad Del Este compõe um dos pólos comerciais mais importantes do mundo, comparável a Miami e Hong Kong.

³² Países como Holanda e alguns países asiáticos também desenvolvem a reexportação.

[...] *no hubiera sido posible sin la complicidad activa del Brasil³³ y sus autoridades. La política proteccionista activa de este país fue lo que dio sustentabilidad económica al esquema triangulador, que encontró asociados y mercados importantes en la alta burguesia, sobre todo paulista.* (CAMPOS & PEREIRA, 2006, p. 6)

Segundo o trabalho do Ministério da Integração Nacional, o Paraguai, em especial, tornou-se entreposto comercial transfronteiriço enquanto alternativa econômica após a Guerra do Paraguai assim como:

Especializou-se em abrigar bancos que funcionavam como ponte para operações triangulares, mecanismo muito utilizado por empresas e o sistema bancário brasileiro durante os anos de inflação galopante. (BRASIL, 2005, p. 239)

Mas a partir da mudança da política econômica brasileira nos anos de 1990³⁴ as cidades-gêmeas perderam a “função” citada anteriormente.

De acordo com Penner (1998), o comércio fronteiriço em Ciudad Del Este teve início na década de 1960³⁵ a partir da comercialização de produtos para atender a demanda paraguaia. Além disso, nessa mesma década, comerciantes brasileiros e paraguaios inauguraram uma zona franca nessa região onde a importação poderia acontecer sem a incidência de impostos, iniciando então um tipo de comércio fronteiriço denominado de reexportação ou triangulação.

A partir de 1970, a normatização dessa atividade incluiu uma política tributária distinta, de modo a adotar uma modalidade única de impostos para a entrada dos produtos denominada Regime de Turismo³⁶. Esse regime favoreceu, do ponto de vista da fiscalização e tributação, a comercialização de produtos importados aos turistas que por sua vez estimulou a atividade de importação e distribuição aos comerciantes paraguaios e comerciantes de alguns estados brasileiros.

Nesse contexto, Ciudad Del Este se tornou, em 1971, a primeira Zona Franca Internacional daquele país e a partir dessa data registra-se a implantação de diferentes

³³ Dada a configuração da carga tributária brasileira ser diferenciada para o consumo interno e para exportação. A exportação, através de políticas de incentivo, propicia a comercialização com preços inferiores aos praticados internamente fazendo com que os produtos sejam exportados e posteriormente retornem ao território brasileiro, em geral na forma de consumo através do turismo de compras.

³⁴ Caracterizada pela abertura relativa às importações, controle inflacionário e reforma do sistema bancário brasileiro.

³⁵ Notadamente influenciada pelo crescimento da economia brasileira a partir desse período, denominado milagre econômico.

³⁶ Esse regime prevê o pagamento de vários impostos da legislação paraguaia (como o imposto de valor agregado / IVA, imposto seletivo ao consumo e imposto de renda), mas que conjuntamente não totalizam 10% do valor tributável.

políticas aduaneiras no sentido de promover a diminuição das tarifas de importação³⁷ e formalizar a atividade³⁸.

Posteriormente, a reexportação tornou-se uma das atividades econômicas mais importantes para a economia regional e prática extensiva a todo o país.

Apesar de sua importância, o tratamento estatístico³⁹ dessa atividade não acontece haja vista que:

[...] que la aduana no registra la mayor parte del ingreso de mercaderías para reexportación ni tampoco la salida de bienes vendidos a turistas o comerciantes brasileños - que representan buena parte de esta actividad -, ya que salen del país en forma de contrabando hormiga o via el turismo de compra. (PENNER, 1998, p. 5).

Sendo assim, dois aspectos se destacam. O primeiro se refere ao próprio conceito de triangulação que em geral está associado à criminalidade, evasão ou contrabando. Em segundo lugar, está o fato de que o registro das operações relativas à reexportação não comumente corresponde ao volume comercializado efetivamente.

3.3 A política econômica brasileira e o Tratado do Mercosul no contexto da conurbação.

Do ponto de vista da base econômica do Paraguai, a mesma está pautada na agropecuária⁴⁰ e na atividade reexportadora, sendo que até aproximadamente 1996, o comércio reexportador era o setor mais importante e responsável pelo aumento do Produto Interno Bruto desse país.

Em um trabalho ainda inédito, Campos e Pereira (2006) apontam algumas especificidades dessa atividade no Paraguai. Segundo os autores, historicamente o Paraguai desenvolveu relações comerciais próximas com a Argentina. Contudo, a partir do processo desenvolvido no Brasil denominado de Marcha para o Oeste, o Paraguai se “aproximou” do Brasil de modo que a construção da Ponte da Amizade nos anos de 1960 foi o esforço físico que exemplifica essa aproximação. Além disso:

³⁷ Os autores apresentam quatro etapas, sendo: 1972-1977 (Eclosión de Regímenes Aduaneros), 1978-1982 (Competência entre Regímenes Aduaneros y Nacimiento Del Regimen de Turismo), 1983-1989 (Simplificación de Regímenes Aduaneros) e 1989-1991 (Ampliación de Listas Del Régimen de Turismo).

³⁸ Os esforços no sentido de promover a formalização da atividade de reexportação se traduzem na Lei nº 125/91 denominada Regime de Turismo que simplificou e eliminou de uma série de impostos.

³⁹ Em atenção a essa especificidade, a partir da década de 1990, o Banco Central do Paraguai passou a incluir no Balanço de Pagamentos do país conjuntamente com as importações e exportações registradas, as não registradas.

⁴⁰ Com destaque para o gado, algodão e soja.

Itaipu potencio y transformó la referida ciudad y toda la zona. Sin embargo, lo que catapultó a este “polo de desarrollo” a la consideración internacional no fue la producción de energía eléctrica o la expansión de la frontera agrícola, sino el tema de la “triangulación comercial”, consistente en la reexportación de productos terminados desde bebidas alcohólicas (whisky, champagne, licores), cigarrillos americanos y europeos, perfumes, confecciones finas, etc, y, más tarde, bienes informáticos y telecomunicaciones. También armas, la piratería de CD’s y todo tipo de falsificación rápidamente encontraron terreno favorable. (CAMPOS e PEREIRA, 2006, p. 05)

Os primeiros anos de 1990 representaram um acelerado crescimento econômico para Ciudad Del Este, impulsionado pela expansão da atividade reexportadora centrada nos turistas e comerciantes da região para “... pequeños comerciantes itinerantes⁴¹ que viajan desde diversas ciudades de Brasil y realizan compras en la ciudad con el objetivo de reventa en su país.”(PENNER,1998, p. 7).

As mudanças decorrentes da política econômica brasileira foram fontes de prosperidade comercial para as cidades fronteiriças paraguaias e proporcionou efeitos em cadeia. O turismo de compras estimulou a comercialização dos produtos importados, a abertura de novas lojas e principalmente a atividade distribuidora desses produtos.

A partir da segunda metade da década de 1990, registra-se o início do processo recessivo do setor de reexportação enquanto resposta às mudanças na política econômica brasileira (implantação do Plano Real), ao aumento dos custos de transação e “... la mayor competencia y globalización de los mercados de consumo en el Mercosur.” (PENNER, 1998, p. 10).

Porém, entende-se que não é apenas a política econômica brasileira (em especial a cambial e fiscal⁴²) que influencia no comportamento da atividade reexportadora no Paraguai. Algumas questões de ordem jurídica previstas no tratado do Mercosul apresentam imposições do ponto de vista da viabilidade e continuidade do comércio reexportador.

Com relação a unificação tarifária, Penner destaca:

Las hipótesis corriente es que la unificación de los aranceles en el Mercosur es el inicio de un proceso de agonía de la actividad comercial de Ciudad del Este. En el marco de la constitución de la unión aduanera del Mercosur en 1995, se estableció el arancel externo común para todos los productos y unas listas especiales para aquellos artículos que gozan de un arancel diferenciado por unos años más. Para el caso de Paraguay, los aranceles de dichos productos tienen tiempo hasta el año 2006 para unificarse. La tendencia de los aranceles de las listas de excepción es que están bajando para Brasil y subiendo para Paraguay, a fin de que queden unificados en el futuro. Por este motivo, muchos análisis sobre el futuro de la actividad de reexportación en el Paraguay, concluyen que en el año 2006 Ciudad

⁴¹ Popularmente conhecidos como camelôs. Esse tipo de comércio, de acordo com o citado trabalho, foi estimulado por diferentes fatores, entre eles o desemprego estrutural da economia brasileira, o aumento da cota para compras no país vizinho e a crescente demanda por produtos importados.

⁴² O Paraguai apresenta impostos internos inferiores aos praticados no Brasil.

del Este estaria en crisis debiendo iniciar por ello un proceso de reconversión industrial. (PENNER, 1998, p.10)

Diante desses aspectos, o desafio a ser transposto se refere a incidência de diferentes legislações e práticas aduaneiras que ainda não foram sistematizadas de modo a atenderem os objetivos do Mercosul.

O comércio reexportador abrange uma lista de produtos bastante diversificada. Inicialmente relacionava-se com eletrônicos, bebidas e cigarros, e posteriormente se expandiu para produtos relacionados aos jogos e esportes, decoração, brinquedos e telefonia⁴³.

A inovação e o avanço tecnológico são condutores e alimentadores dessa atividade constituindo certo dinamismo⁴⁴ nesse tipo de comércio, proporcionando sua expansão para outras cidades do Paraguai que possuem fronteiras internacionais, como Pedro Juan Caballero (Brasil), Assunção e Encarnação (Argentina).

Para compreender a reexportação nos territórios de Ponta Porã e Pedro Juan Caballero é preciso resgatar a história da formação física, social, econômica e política desse território de fronteira em Mato Grosso do Sul. Essa é a proposta do próximo capítulo.

⁴³ De acordo com Penner, o comércio reexportador de Ciudad del Este apresenta por ordem de grandeza os seguintes setores: eletrônica, jogos e variedades, brinquedos, informática, vestuário, cosméticos e perfumes, cigarros, telefonia, tênis e produtos esportivos, whisky, flores e cd's. Com relação a nacionalidade dos empresários identificou-se também por ordem de grandeza que 28% são paraguaios, 27% orientais, 24% árabes, 11% brasileiros.

⁴⁴ Os efeitos em cadeia não podem ser ignorados principalmente para o setor hoteleiro. A movimentação financeira também se altera, registrando aumento da demanda por trocas monetárias realizadas nas casas bancárias. Por outro lado, os efeitos negativos circundam a esfera do contrabando.

4. AS TRANSFORMAÇÕES ECONÔMICAS E TERRITORIAIS NA FRONTEIRA BRASIL / PARAGUAI.

4.1 Aspectos históricos

Nos primórdios da organização colonial, o estado de Mato Grosso do Sul pertenceu ao reino espanhol em atendimento ao Tratado de Tordesilhas⁴⁵ e estava incluído na chamada Província Real do Paraguai e Rio da Prata, sendo Assunção a capital da Província. Nesse período, essa porção territorial era definida como área periférica e ocupada de forma não significativa; tal situação permaneceria até fins do século XVIII, visto que a forma de articulação econômica se restringia a passagem e abrigo de gado para a atividade pecuarista.

A dinâmica internacional promovida pela I Revolução Industrial (século XVIII) refletiu, mesmo que indiretamente, na geografia do sul do velho Mato Grosso que absorveu os reflexos sentidos pelo conjunto do mercado interno brasileiro cujo comportamento dava sinais de prosperidade⁴⁶. Esse momento histórico promoveu a concretização de novas ideologias em nível internacional onde a iniciativa privada foi tomando importância crescente em relação à iniciativa estatal. Outra consequência dessa revolução industrial se refere ao enfraquecimento e desagregação do modelo colonial comprometendo as relações entre Portugal e suas colônias, o Brasil, sobretudo.

Concomitantemente ao avanço da complexidade das atividades econômicas, a racionalidade estratégico-militar influenciou a ocupação das regiões de fronteira. A respeito, Le Bourlegat afirma que:

Tratou-se, portanto, de um período de coerção militar do Estado, no controle da produção, circulação de mercadorias e definição dos limites internos entre as capitanias junto às principais rotas de circulação, assim como na demarcação de fronteiras, com defesa militar sistematizada. (LE BOURLEGAT, 2000, p. 111)

⁴⁵ Posteriormente, a questão de delimitação territorial entre Espanha e Portugal foi definida pelo Tratado de Madri (1750) e Tratado de Santo Ildefonso (1777).

⁴⁶ Segundo Lê Bourlegat (2000) a partir do século XVIII e do consecutivo comportamento cíclico do sistema capitalista (caracterizados por momentos de ascensão e recessão da atividade econômica), os territórios, em especial a América do Sul, passam a ter “funções” diferentes em atendimento às necessidades do capital ou seja, definem-se e alteram-se os papéis na Divisão Internacional do Trabalho.

Tem-se, então, um processo de colonização militar cuja lógica pautava-se na guarnição e povoamento através da delimitação das fronteiras e da garantia da posse territorial. Além disso, as novas demandas inglesas promoviam a valorização dos recursos naturais do continente americano que poderiam ser transacionados e as estratégias de defesa militar propiciaram o primeiro delineamento fronteiriço.

4.2 Redefinições geopolíticas

No século XIX, Brasil e Paraguai disputavam o mercado platino caracterizado como grande consumidor da erva-mate. A partir de 1860, a crescente produção e posterior exportação dessa planta pelos dois países provocou a queda dos preços praticados. Essa situação constitui-se em uma das primeiras rugas que culminou na chamada Guerra do Paraguai (1864-1879)⁴⁷.

Contudo, para Goiris (1999), as questões geopolíticas que estavam implícitas nesse embate bélico já vinham sendo constituídas 200 anos antes e estavam relacionadas com a exploração colonial e o imperialismo europeu em território sul-americano.

De acordo com Goiris:

Por outro lado, es imprescindible considerar también el interes que tenía a Inglaterra em el sentido de conseguir una apertura para su comercio en el Paraguay, un país económicamente “cerrado” e “independiente” desde el tiempo del Dr. Francia. El Paraguay tenía el monopolio estatal no solo de la producción, sino de la tierra y de las principales estructuras productivas. (GOIRIS, 1999, p. 109)

O autor enfatiza tal organização econômica não correspondia aos anseios do sistema capitalista e, portanto, com as idéias liberais defendidas pelos europeus. E ainda que a temática da Guerra do Paraguai é complexa e diferentes interpretações e análises foram defendidas. Porém, dois fatos específicos são inegáveis por qualquer corrente interpretativa. O primeiro se relaciona com a influência do expansionismo territorial das neocolônias, em

⁴⁷ Segundo Gressler (2005), em 1864 ocorreu uma intervenção militar brasileira no Uruguai apoiada pela Argentina e Inglaterra para a derrubada do presidente daquele país. Tal situação atingiu a economia paraguaia porque impediu o acesso desse país aos rios da Bacia Platina. Solano Lopez, presidente do Paraguai e aliado do presidente do Uruguai que estava sendo perseguido, declarou guerra ao Brasil seqüestrando o navio brasileiro Marques de Olinda e invadindo a Província do Mato Grosso. A Guerra finda com a morte de Solano Lopez e deixa como saldo para o Brasil a destruição dos núcleos urbanos ao sul da Província de Mato Grosso e uma considerável dívida financeira para com a Inglaterra.

particular o Brasil e a Argentina. O segundo aspecto se refere ao financiamento inglês para que os aliados pudessem efetivar o ataque bélico.

Ao final da guerra⁴⁸, as terras ao sul do território do velho Mato Grosso foram efetivamente incorporadas ao território brasileiro, cronologicamente após quase quatro séculos do descobrimento do Brasil.

4.3 Potencial econômico e o capital internacional

No período pós-guerra, a província de Mato Grosso apresentava-se fragilizada econômica e demograficamente. A alternativa econômica estava baseada na atividade pecuária. Ao mesmo tempo, Buenos Aires estava se firmando como a maior cidade da América Latina e por consequência num mercado consumidor importante, principalmente com relação à erva-mate.

Ao tomar conhecimento dos ervais de boa qualidade da porção sul de Mato Grosso, Thomaz Laranjeira⁴⁹ então se associou ao comerciante Francisco Mendes Gonçalves e obtiveram concessões de terras por parte do governo imperial (1.882) para a exploração da erva nativa⁵⁰.

Essa atividade atraiu o interesse tanto das elites mato-grossenses como das instâncias políticas que foram inseridas no contexto por meio da influência na administração federal.

Em 1.895 a concessão de terras englobava mais de 5 milhões de hectares e a atual cidade de Porto Murtinho correspondia ao porto fluvial (particular) que promovia a comercialização e o escoamento de parte da produção.

Aliado ao momento promissor do ciclo econômico que se estabelecia, a vinda de sulistas que foram estimulados a deixarem a região sul, tanto por causa da Revolução Federalista de 1.893, como pela possibilidade de apropriação de terras devolutas, promoveu

⁴⁸ O fim da guerra se deu com a morte do Marechal Francisco Solano Lopez em Cerro Cora, próximo às cidades de Ponta Porã e Pedro Juan Caballero.

⁴⁹ Thomaz Laranjeira fazia parte da comissão responsável pela demarcação do território brasileiro após a Guerra do Paraguai e dessa forma tomou conhecimento do potencial ervateiro ao sul da Província de Mato Grosso.

⁵⁰ Os portos fluviais constituíam instrumentos de comercialização importantes uma vez que proporcionavam fluidez à circulação de mercadorias. O porto de Concepción (Paraguai), por exemplo, apresentava dinamismo decorrente da atividade extrativa da erva-mate através das negociações comerciais realizadas com outros países.

considerável aumento demográfico na região, que por sua vez se traduziu em criação e intensificação das atividades de produção tanto para subsistência como para comercialização. Essa produção ocorreu como resultado da intensiva exploração dos recursos naturais.

As atividades econômicas estavam relacionadas à exploração da erva-mate, à pecuária e atividades comerciais⁵¹. O Porto de Concepción no Paraguai teve papel importante. Através dele boa parte da produção da erva-mate era comercializada, constituindo uma robusta relação comercial entre comerciantes brasileiros e paraguaios.

Torna-se, assim, compreensível o papel que a atividade ervateira desempenhou no sentido de promover o dinamismo econômico e a integração regional, traduzindo-se em crescimento demográfico e, como efeito, em centro consumidor crescente, demandando o surgimento de atividades complementares de toda ordem.

É digno de destaque, como consequência da expansão da atividade extrativa da erva-mate, o surgimento de variadas formas de ocupação e povoamento. De acordo com Conceição e Bianchini (2000) como resultado dessa conotação histórica surge Ponta Porã, Porto Murtinho e Bela Vista, sendo a região de Ponta Porã o centro de toda atividade ervateira (tanto no Brasil quanto no Paraguai).

No século XX, mais precisamente em 1917, por meio de capital argentino, forma-se a sociedade anônima Empresa Matte-Laranjeira que se constituía na maior empresa do setor existente no sul da América. No território brasileiro, a Matte-Laranjeira se beneficiava da concessão de grandes extensões de terras obtidas junto ao governo federal e as benfeitorias por ela promovidas (construção de estradas, pontes, portos e vias de comunicação) eram controladas de modo a efetivar um forte poder econômico e político na região. Essa situação incitou um clima de descontentamento, fazendo com que:

Os pequenos empreendedores ervateiros, junto com outros pecuaristas gaúchos, na medida em que foram contrastando interesses em relação à grande empresa, deparam-se com situações de confrontos comerciais e de exploração da erva, lutando entre si no acesso aos recursos da terra. (LE BOURLEGAT, 2000, p. 217)

Ainda de acordo com a autora, esse cenário estava configurado por uma mescla de nacionalidades além da brasileira (paraguaios e argentinos), fato esse que não permitiu o surgimento do “sentimento” de territorialidade/identidade brasileira por parte da população residente, situação que para as autoridades brasileiras constituiu problemas para a consolidação de um estado-nação nesse território.

⁵¹ Vale ressaltar que as atividades comerciais em sua maioria relacionavam-se com o contrabando transfronteiriço e os povoados que surgiram na fronteira tornaram-se importantes pontos de trocas.

A partir dos anos trinta do século passado, o governo brasileiro viu-se diante de alguns problemas com relação aos territórios de fronteira uma vez que eram entendidos enquanto passíveis de ocupação e apropriação estrangeira. Essa percepção somava-se a ideologia nacional-desenvolvimentista que embalou a política de colonização e ocupação dos espaços vazios denominados Marcha para o Oeste e expansão da fronteira agrícola.

Ora, chegada a Era Vargas, dava-se início à política nacionalista que, segundo Getúlio, imprimiria novos rumos ao Brasil. Tal política atingiria a Matte muito de perto, uma vez que, na ocasião, não só seus capitais estavam na maioria na Argentina, como também a mão-de-obra era, em sua maior parte constituída por estrangeiros (paraguaios). (CONCEIÇÃO e BIANCHINI, 2000, p. 213)

Nesse sentido, o governo federal criou algumas leis que objetivavam reverter esse quadro, principalmente com relação a nacionalização dos capitais investidos no Brasil, assim como na imposição de cotas de emprego de mão-de-obra brasileira e paraguaia. Essas exigências legais passaram a comprometer os interesses e a reprodução do capital da Matte Laranjeira⁵².

Tal fato confluiu para a criação em 1.943, do Território Federal de Ponta Porã por meio do Decreto-Lei nº. 5.812 de 13/09/1943⁵³.

Com a Constituição do Território Federal de Ponta Porã, a região recebeu além de recursos financeiros, investimentos no setor de transportes. O ramal ferroviário, que embora implantado apenas em 1.953, correspondeu aos anseios da federalização do território e objetivou fazer a ligação entre Ponta Porã e Campo Grande, atual capital do Estado, dessa forma comunicando a fronteira com o interior.

Em 1.946, o referido território foi extinto dado que se entendeu que o mesmo havia cumprido sua função estratégico-militar. Com a extinção do Território Federal, Ponta Porã deixa de ser o “centro” dessa região, embora a base econômica não tenha se alterado significativamente até a decadência da atividade ervateira a partir da década de 1960⁵⁴, de modo que a pecuária e a agricultura passaram a ocupar o centro das atividades econômicas do então sul do estado de Mato Grosso em atendimento as demandas do centro dinâmico da economia brasileira. Com relação a esse período, Goiris explica:

⁵² A política de exploração e atuação da empresa Erva-Matte Laranjeira no Mato Grosso meridional, caracterizada como monopolística, possuía como força motriz a utilização de mão-de-obra em regime de (quase) servidão.

⁵³ Cujas abrangências incluíam os atuais municípios de Dourados, Bela Vista, Miranda, Maracajú e Nioaque além de Ponta Porã que ocupava a função de capital do novo território.

⁵⁴ A decadência da atividade de exploração da erva-mate é resultado, além do controle do governo federal brasileiro, da auto-suficiência da produção argentina que até então constituía o principal mercado consumidor da produção brasileira.

Es importante apuntar la diferencia entre la economía del Paraguay y del Brasil en la década del 50. En el Brasil, entre 1956 y 1961, se verifico un avance de la producción industrial, donde se incluyen automóviles, máquinas industriales y electrodomésticos. Además, se notó un aumento de la participación del gobierno y de las empresas extranjeras en las inversiones. En el Paraguay se notaba todavía una sociedad que convivía con relaciones pre-capitalistas de producción. (GOIRIS, 1999, p. 250)

Ao comparar o desenvolvimento econômico do Paraguai com outros países sul-americanos (como o Brasil), Goiris enfatiza que o atraso econômico tem suas implicações tanto no aspecto da mediterraneidade, como na falta de riquezas naturais (como ouro e petróleo):

Así, el Paraguay de hoy continúa totalmente dependiente de las políticas comerciales y diplomáticas adoptadas por los gobiernos de los países vecinos, especialmente de Brasil, para poder enviar o recibir mercaderías de Europa. La utilización del puerto de Paranaguá, en el Estado de Paraná, Brasil, es un claro ejemplo de ese insalvable escollo. Se supone, entonces, que una simple salida al mar ya habría corregido, mejorado, el desarrollo económico del Paraguay. (GOIRIS, 2004, p. 61)

Não tendo saída para o mar, o Paraguai não disponibiliza de portos marítimos para importação e exportação de mercadorias, fazendo com que haja dependência de portos de outros países quando do transporte fluvial. Além disso, não tem a sua disposição os recursos naturais provenientes do mar para serem explorados até mesmo de forma turística.

Entretanto, esses aspectos não são suficientes para explicar o atraso econômico considerando a existência de expressivos recursos naturais, como as terras férteis e o potencial hidrelétrico. Todavia, o autor destaca que o maior problema está na falta de patriotismo e de sensibilidade social de quem detém as fontes de renda do país.

4.4 O tripé da Integração: política, sociedade e economia.

O povoamento e a ocupação dessa região estiveram relacionados com disputas e conflitos em torno da posse de terras cujas conotações extrapolam as esferas política, social e econômica. Tanto a Guerra do Paraguai como a posterior exploração da erva-mate, correspondem a acontecimentos que foram preponderantes para a definição dos aspectos sócio-econômicos de ambas as cidades.

Com propriedade, Torrecilha (2004) explicita o grau de ligação entre essas cidades-gêmeas com a análise de que, por ambas terem desenvolvido como principal atividade econômica a exploração da erva-mate, o comércio entre as cidades as ligava e as tornava

dependentes mutuamente por meio das relações comerciais extensivas ao emprego de mão-de-obra, aos negócios e ao lazer.

Além disso, a integração política entre as cidades também acompanha a historiografia e apresenta algumas particularidades que merecem destaque, como o que ocorreu em 1907. De acordo com Goiris:

Em ningún otro tiempo de la historia fronteriza se va a verificar el hecho de que, en 1907, el coronel Francisco Marcos Tury Serejo, autoridad militar de Ponta Porã, Brasil, llegara a ocupar un cargo importante en la Junta Económica Administrativa de Pedro Juan Caballero, Paraguay. Lo mismo va a ocurrir con el brasileño Baltazar Saldanha, futuro intendente de Ponta Porã, quien llegó a ocupar el cargo de vocal en 1909 de la Junta Económica Administrativa de Pedro Juan Caballero. (GOIRIS, 1999, p. 184)

Ainda de acordo com o autor, outro exemplo que ilustra esse processo se refere a concessão de terrenos urbanos do lado paraguaio da fronteira para brasileiros que, como contrapartida, deveriam edificá-los⁵⁵.

Assim como em Ponta Porã, a atividade ervateira era a principal fonte de renda e emprego para a população de Pedro Juan Caballero no século XIX e início do século XX. A cidade paraguaia além de fornecer a maioria dos trabalhadores para a Companhia Matte Laranjeira era também importante rota de circulação dessa mercadoria para chegar ao principal porto (Concepción) com destino aos mercados argentino e europeu.

O transporte ocorria em duas vias: na ida transportava-se a erva-mate e na volta transportavam-se mercadorias de primeira necessidade (como açúcar, sal, azeite) e outras que estimularam o sistema de trocas, ou seja, além das funções de fornecedora de mão-de-obra e rota de circulação da erva-mate, Pedro Juan Caballero se tornou importante entreposto comercial. As duas primeiras funções se encerram com a decadência da produção da erva-mate, já a última função permanece até os dias de hoje.

Após o declínio da exploração ervateira no outro lado da linha internacional, a cafeicultura passa a corresponder à base econômica de Pedro Juan Caballero, sendo que em 1.953 a dinâmica urbana e rural é reforçada com a instalação da Companhia Americana de Fomento Econômico – CAFÉ. Contudo, a falência dessa empresa ocorre poucos anos depois, como resultado de sucessivas perdas da produção de café em decorrência de intempéries climáticas (como geadas).

⁵⁵ Esse processo não foi extensivo a população paraguaia que em geral era de baixa renda, dado que não poderiam cumprir com a contrapartida exigida.

Com o declínio da cafeicultura, ganham impulso a partir de 1960 as atividades relacionadas com o cultivo da maconha (*marihuana*), cana-de-açúcar e exploração madeireira⁵⁶. Posteriormente, a desaceleração da atividade madeireira será acompanhada pelo crescimento do turismo na fronteira com base na comercialização de produtos importados. Essa atividade, segundo Goiris (1999) será a mais promissora e duradoura em Pedro Juan Caballero e a economia regional será sustentada pela venda de produtos importados dos países asiáticos, europeus e norte-americanos⁵⁷.

4.5 Implicações políticas no desenvolvimento do território de fronteira

A centralização das decisões na capital Assunção e a militarização da política são características que se destacam na análise da política paraguaia. Segundo Goiris (1999), tal situação fez com que as municipalidades (correspondente às prefeituras) do interior do país fossem instituições bastante fracas em termos políticos e econômicos⁵⁸.

A força militar no Paraguai teve historicamente importância na constante necessidade de defesa das fronteiras⁵⁹, o que demandava intensificação do exército mesmo em momentos de paz, já que a reconstrução do país estava a cargo das forças militares. Como consequência da centralização e militarização, Goiris aponta que esse quadro político foi responsável pelo atraso econômico e os reflexos dessa atuação são percebidos na despolitização e conservadorismo do eleitor paraguaio, que são uma constante e dialeticamente alimentam o paternalismo político.

Segundo o autor, esse aspecto é ainda mais enaltecido pela configuração partidária que contribui para o atraso político. A existência de apenas dois blocos partidários do tipo

⁵⁶ Bem como a comercialização desses produtos de forma ilícita (contrabando).

⁵⁷ Contribuíram para o crescimento dessa atividade os investimentos em infra-estrutura dos dois lados da linha internacional: a pavimentação de ruas e estradas, a chegada da ferrovia até Ponta Porã e a construção do aeroporto também em Ponta Porã.

⁵⁸ A derrubada do general Alfredo Stroessner e, portanto do governo militar em 1989 permitiu alguma descentralização.

⁵⁹ Além da Guerra do Paraguai com a qual o país perdeu cerca de 40% do seu território, o Paraguai também teve conflitos de demarcação territorial com a Bolívia que foi denominado Guerra do Chaco (1932-1935). Esse conflito, assim como o anterior, teve participação dos interesses do capital internacional através da disputa entre companhias petrolíferas norte-americana (Standard Oil Company, grupo Rockefeller) e inglesa (Royal Dutch Shell).

tradicionalista comprometeu o processo democrático diante da ausência de pluralismo político. Apesar da existência de dois partidos, um deles é historicamente dominante:

La política en el Paraguay siempre produjo una notable paradoja para propios y extraños. En la capital del país, así como en el interior, esta paradoja estaba en el orden del día. Por un lado, existe un pueblo pacífico y hospitalario; de resignación cristiana y de profundo amor por el terruño. Un pueblo sencillo que conserva los valores éticos, el arte y la música autóctona. (GOIRIS, 1999, p. 269)

Por outro lado, centra-se a obscuridade da sociedade paraguaia representada pelas conspirações constantes, perseguições e traições da vida política diária. Segundo Goiris (2004) a desigualdade social no Paraguai é resultado de ciclos de adversidades que se iniciaram com a colonização espanhola, seguida pela guerra da Tríplice Aliança⁶⁰ e consequente trauma psicológico.

Na sequência, a conformação do militarismo, aliado a uma burguesia fraudulenta⁶¹ e a um partido hegemônico e autoritário completam o conjunto de fatores que promoveram “la catástrofe socioeconómica” do Paraguai. A consolidação de um processo de modernização no Paraguai não foi possível porque “... las reformas clásicas del capitalismo, tales como la reforma agraria, la reforma tributaria y la reforma social”(GOIRIS, 2004, p. 27) não se realizaram⁶².

Especificamente, após a Guerra do Chaco, o processo de modernização e recuperação econômica do país proposto pelas lideranças políticas estava pautado no autoritarismo, conservadorismo e militarismo, formando um modelo oposto a uma modernização em moldes progressistas. A participação da elite dominante que estava organizada corporativamente tinha como discurso a reconstrução e modernização de cima para baixo, no entanto não apresentaram propostas concretas e produtivas. Além do mais, não previa a participação popular, nem processos políticos amplos e democráticos.

Muller (2005) também comunga com o entendimento que a política no Paraguai está formatada numa forte tradição centralizadora e autoritária e complementa que, os discursos

⁶⁰ Esse confronto bélico deixou como saldo para o Paraguai não somente o genocídio de quase toda a população masculina, mas total destruição econômica: o gado desapareceu e a agricultura estava destruída. A condição social da população paraguaia pós-guerra foi comprometida nos aspectos de comportamento, criatividade, cultura e produtividade econômica.

⁶¹ Com relação a burguesia fraudulenta, Goiris (2004) defende que no Paraguai a corrupção sistêmica, oficial e estatal é institucionalizada e resulta em gargalos econômicos, instabilidade política, ausência de democracia e aumento do poder da ação dessa burguesia e do crime organizado.

⁶² Goiris explica que a ocupação militar do território paraguaio pelos países vencedores (incluindo o Brasil) após o término da guerra, influenciou a política do país de acordo com seus interesses. Tal situação pode ser exemplificada pela constituição de natureza liberal-oligárquica do ordenamento jurídico e econômico que concedia privilégios exclusivos aos estrangeiros com relação a propriedade de terras.

que embalam o processo de descentralização nesse país têm promovido situações contraditórias.

A urgência de um processo descentralizador justifica-se, de acordo com Muller (2005b), pela pressão exercida por outros fatores, a saber: a pobreza resultante da prolongada crise econômica, a necessidade de fortalecimento institucional, a crise de confiança e de credibilidade das instituições estatais e, por fim, a inserção do país num sistema de integração regional e no mundo globalizado.

Para esse último fator de pressão, Muller aponta que:

Con la debilidad institucional esbozada arriba, muchas de las relaciones transfronterizas del Paraguay con los otros miembros del MERCOSUR se producen en forma particular. Existe una brecha entre los contactos políticos de alto nivel y las relaciones vivenciales de la población en el MERCOSUR. Son los gobiernos municipales y departamentales los que tienen potencial (pero en general no el mandato) de llenar el vacío entre lo político y lo vivencial creando acuerdos locales sobre el uso de infraestructura, el mercado laboral transfronterizo y el intercambio local de bienes y conocimientos. (MULLER, 2005, p. 163)

Diferentemente do Brasil, onde a organização político-administrativo respalda-se na República Federativa e nas Unidades da Federação, no Paraguai a organização departamental e a divisão político-administrativo em departamentos (que corresponderiam a divisão em estados no Brasil), cada qual com seu governador, não pressupõem autonomia política e financeira aos departamentos, ao contrário, dependem financeiramente do Governo Central e decisoramente do Congresso Nacional.

5. DINÂMICA COMERCIAL NO TERRITÓRIO DE FRONTEIRA: O PROCESSO REEXPORTADOR NA CONURBAÇÃO PONTA PORÃ E PEDRO JUAN CABALLERO

5.1 A reexportação e a territorialidade na fronteira.

A relação entre o Paraguai e o Brasil tem se estreitado nos últimos anos diante da crescente importância da agropecuária paraguaia enquanto extensão do complexo agro-industrial da soja⁶³ brasileiro.

Tal situação tem colocado o Paraguai dentro da zona de influência da região Sudeste do Brasil e não da própria capital paraguaia⁶⁴, o que possibilita a conclusão de que o lado brasileiro exerce a condição de hegemonia sobre o território paraguaio na fronteira.

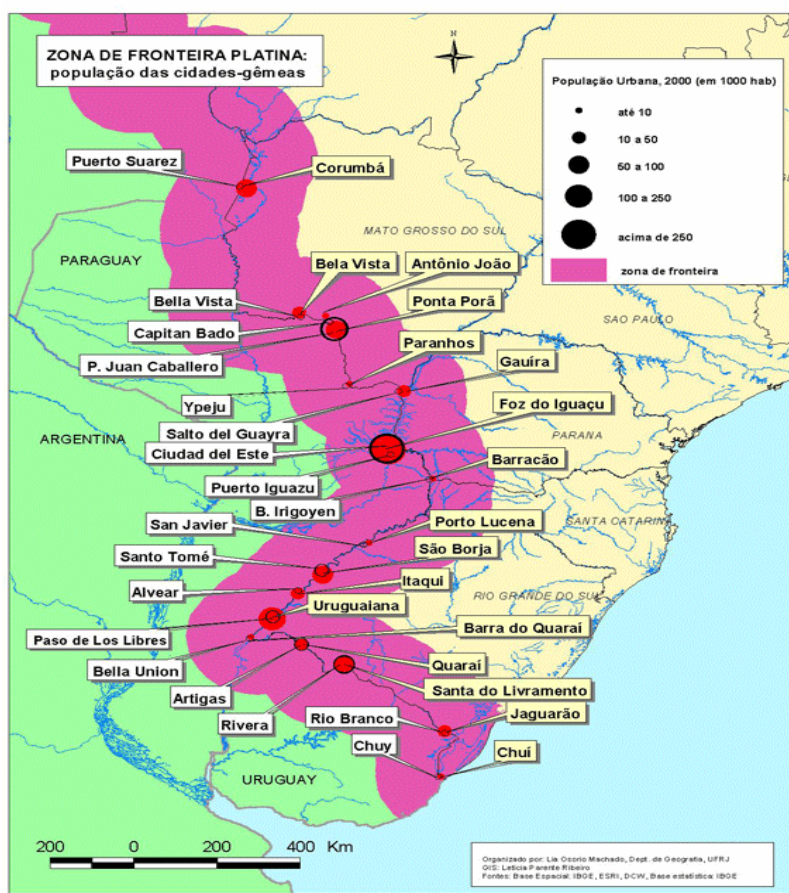
O Paraguai tangencia o Brasil por meio dos estados do Paraná e Mato Grosso do Sul, sendo que cada um deles apresenta um município expoente na atividade reexportadora: Ciudad Del Este e Pedro Juan Caballero.

Segundo a Proposta de Reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira, a fronteira Brasil-Paraguai no território do Mato Grosso do Sul (Cone-Sul-Mato-Grossense) caracteriza-se como uma das mais complexas.

O mapa a seguir destaca a fronteira internacional da porção centro-sul do Brasil.

⁶³ Como resultado também da aquisição de terras paraguaias por brasileiros (com destaque para os sulistas) para o cultivo da soja, atividade criatória (gado) e exploração de madeira.

⁶⁴ Isso ocorre, segundo Muller (2005), porque o país não se insere de forma central na relações comerciais do Mercosul e Asuncion situa-se periféricamente porque está longe das zonas de integração da economia global.



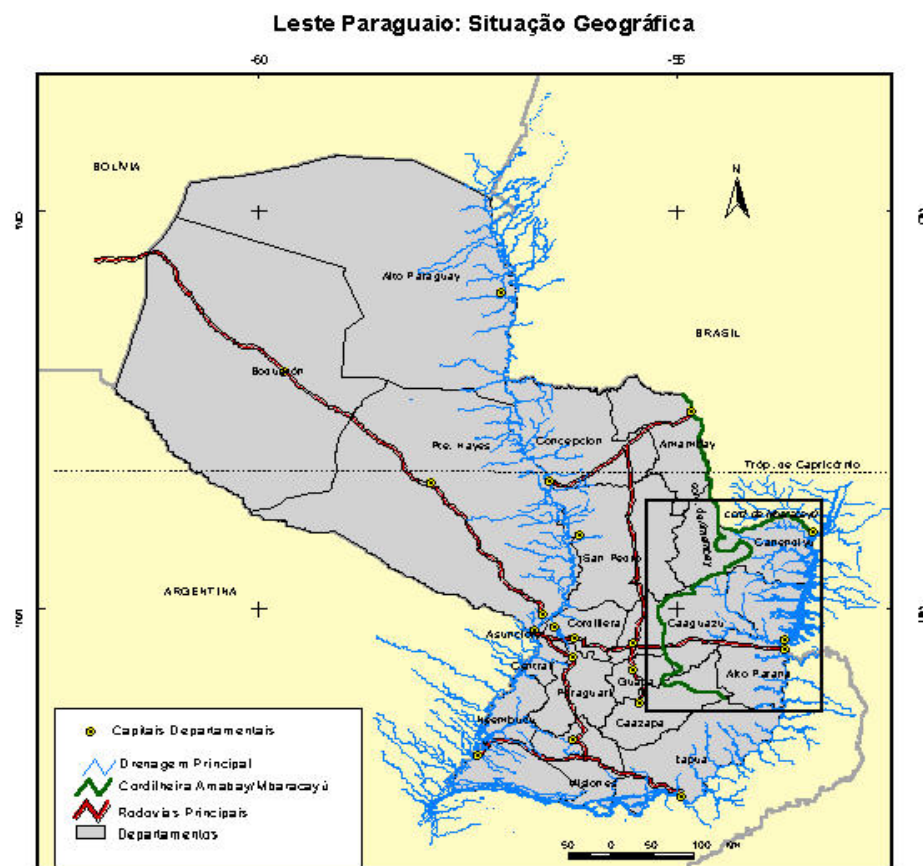
Fonte: Grupo Retis. Disponível em: <http://www.igeo.ufrj.br/gruporetis>.

Figura 5.1.1 - Cidades-gêmeas na Fronteira Platina.

Essa complexidade deriva tanto das interações transfronteiriças com relação aos fatores de produção, como das atividades ilegais (contrabando e apreensão de drogas e armas).

Em Mato Grosso do Sul, três cidades-gêmeas se destacam: Ponta Porã/Pedro Juan Caballero, Bela Vista/Bella Vista e Coronel Sapucaia/Capitán Bado. As três cidades do lado paraguaio correspondem a uma unidade administrativa denominada Departamento de Amambay.

O Paraguai está dividido administrativamente em 17 departamentos (como mostra o mapa a seguir), sendo que Pedro Juan Caballero é a capital do Departamento de Amambay que engloba também os municípios de Capitan Bado e Bella Vista (também fronteiriços às cidades brasileiras Coronel Sapucaia e Bela Vista respectivamente).



Organização / GIS: Letícia Parente Ribeiro

Fontes: Base Espacial: DCW; Base Estatística: DGEEC, 1992

Fonte: Grupo Retis. Disponível em: <http://www.igeo.ufrj.br/gruporetis>.

Figura 5.1.2 - Divisão Política-Administrativa do Paraguai.

A condição de fronteira internacional é apontada como razão da dinâmica, principalmente do departamento de Amambay, que do ponto de vista político e econômico está isolado do resto do país. As principais atividades econômicas desse departamento se referem à agricultura, exploração madeireira e principalmente ao comércio reexportador.

Para Ramírez (2002), a reexportação ocupou posição de destaque entre as demais atividades porque foi responsável pelo crescimento da participação do comércio na composição do produto interno bruto (PIB) e da ocupação da população economicamente ativa (PEA), uma vez que promove um efeito em cadeia nos setores turístico (hotéis, restaurantes, lanchonetes) e financeiro (casas de câmbio, bancos e financeiras). O dinamismo está expresso nos indicadores: em 1972, o comércio colaborava em 23% da composição do PIB, em 1982 com 25,5% e em 1990 com 30,6%.

Os anos de 1990 marcam um novo momento da economia paraguaia⁶⁵, um momento de desaceleração econômica diante do esgotamento de alguns recursos naturais (a madeira, em especial) e, principalmente, pela diminuição do comércio reexportador (RAMIREZ, 2002, p.234).

É através da lógica da reexportação que o território conurbado de Pedro Juan Caballero conecta-se ao mundo e com as regiões ganhadoras através da comercialização de produtos de consumo de massa (ou de segunda linha) produzidos principalmente na porção asiática e produtos destinados a um mercado consumidor bastante seletivo e composto por marcas reconhecidas internacionalmente.

Antes de realizar a análise da dinâmica reexportadora em Ponta Porã e Pedro Juan Caballero, destacam-se algumas especificidades urbanas desse território.

5.2 A geografia urbana e econômica da conurbação

O município de Ponta Porã localiza-se ao sul do estado de Mato Grosso do Sul tendo como delimitação territorial a fronteira internacional com o Paraguai⁶⁶, mais precisamente com o município de Pedro Juan Caballero, capital do Distrito de Ambambay.

Assim, como na história dessas cidades se mesclam muitos aspectos próprios de cada evolução particular, a realidade atual de uma não pode ser entendida sem se considerar a realidade da outra.

A definição do limite internacional, em princípio, deu-se pelo Divisor de Águas do Tratado de 1872. Diante da pouca especificação desse documento, a própria população adotou um limite convencional que posteriormente foi oficializado através do Acordo Condicional (em 1940) com a anuência de ambos os países.

Enquanto Ponta Porã é considerada de fato cidade em 1912, Pedro Juan Caballero foi fundada em 1899, quando do estabelecimento da Comissária Policial de Punta Porã e o departamento de mesmo nome foi oficializado em 1901.

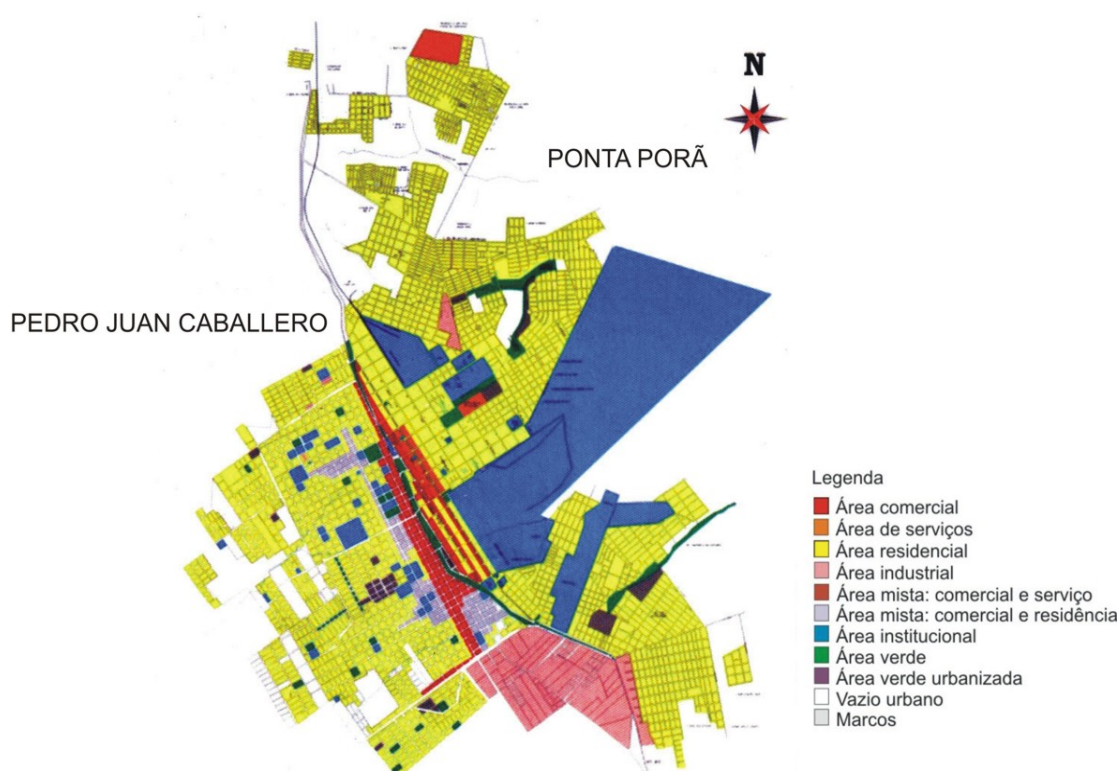
⁶⁵ Para Bendlin (1994) a economia paraguaia é antes de tudo extremamente aberta como resultado da desconstrução das fronteiras e a predominância de uma economia informal subterrânea.

⁶⁶ A sudoeste do Estado faz divisa com os municípios de Antônio João, Bela Vista, Jardim, Guia Lopes da Laguna, Maracajú, Dourados, Laguna Caarapã e Aral Moreira. A caracterização geográfica pode ser definida por sua localização sobre a Serra de Maracajú, com altitude média de 655 m.

A cidade brasileira abarca uma extensão territorial de 5.328,5 km², dos quais 100 km² correspondem à área urbana. Pedro Juan Caballero corresponde a uma superfície de 5.678 km² onde apenas 35 km² compõem o traçado urbano.

A estimativa do número populacional em Ponta Porã é de aproximadamente 70.000 habitantes (IBGE, 2005), estando sua maioria na área urbana.

A população pedrojuanina, de acordo com informações da Municipalidad de Pedro Juan Caballero⁶⁷, é de aproximadamente 90.000 habitantes, estando 65% localizados na área urbana.



Fonte: Prefeitura Municipal de Ponta Porã.

Figura 5.2.1. Mapa do traçado urbano dos municípios de Ponta Porã (Brasil) e Pedro Juan Caballero (Paraguai).

Uma das especificidades dessa fronteira internacional que se destaca é a condição de conurbação. Tal situação permitiu historicamente que as duas cidades se conformassem enquanto centro de comercialização e trocas internacionais, promovendo as interações

⁶⁷ Uma das dificuldades encontrada na elaboração do Relatório GEO Cidades se refere aos dados oficiais. Nem sempre é possível dispor da mesma série histórica para as diferentes informações, dificultando a construção de análises mais apuradas. A mesma dificuldade é extensiva aos dados do país vizinho.

econômicas, sociais e culturais. Tanto a população brasileira como a paraguaia circula e consome (no) o território urbano conurbado.

Os “territórios” das duas cidades se tangenciam por meio de uma área que representa o limite internacional conhecida como a linha de fronteira, cuja extensão é de aproximadamente 13 km.

Do lado brasileiro, o limite nacional é composto pela Avenida Internacional e do lado paraguaio pela Rua Dr. Francia que atualmente concentra a maior parte das empresas que realizam o comércio reexportador. Não há ruptura da malha urbana ainda que as diferenças na configuração do desenho urbano sejam explícitas.

O processo de ocupação e posterior urbanização ocorreu a partir da linha fronteira, de forma que, tanto as residências como as lojas comerciais foram sendo instaladas ao longo desse limite.

O comércio em Pedro Juan Caballero organiza-se de modo peculiar. As três primeiras avenidas disponibilizam produtos ao mercado turístico, já a partir das ruas posteriores, a organização da cidade atende às necessidades da população paraguaia, tanto com a oferta de produtos específicos ao consumo paraguaio (padarias, mercados, açougues, livrarias, lojas de artesanato), como circulação de veículos que realizam o transporte coletivo, além da prestação de serviços. Ou seja, as primeiras ruas paralelas à linha internacional voltam-se ao turismo de compras enquanto que o “centro” do cotidiano da população pedrojuanina localiza-se além dessas avenidas.

Em Ponta Porã ocorre o contrário. O centro comercial e de lazer localiza-se nas três primeiras avenidas paralelas à linha internacional.

Como indica a figura anterior, o desenho urbano das duas cidades apresenta diferenças. Enquanto Ponta Porã está diluída no decorrer da linha internacional, Pedro Juan Caballero sugere concentração urbana.

A dispersão da cidade brasileira pode ser explicada pela localização de três objetos geográficos correspondentes a áreas institucionais (o Aeroporto Internacional, o 11º Regimento de Cavalaria Mecanizada e a Estação Ferroviária). Já a concentração da cidade paraguaia pode sugerir a limitação da expansão dos equipamentos e serviços públicos.

A linha internacional é palco das mais variadas práticas comerciais, inclusive de atividades que a torna associada ao comércio de drogas e prostituição, e concentra boa parte dos ambulantes. É a variável mais rígida em todos os sentidos.

Essa configuração é um indicativo da segmentação da atividade comercial e dos circuitos econômicos, o que pode estar sendo ainda mais acirrado com a transferência da principal loja comercial para a entrada do município, distante do centro comercial de ambas as cidades.

Portanto, a percepção de homogeneidade do território é apenas aparente, porque na essência, a fragmentação do processo de ocupação e seleção do solo urbano denota novas territorialidades, confirmando o caráter dinâmico e dialético das relações na fronteira enquanto resposta às mudanças nacionais e globais.

5.3 Ponta Porã - Pedro Juan Caballero: Fronteira Viva

A condição de pertencerem a Estados-nacionais diferentes faz com que a linha internacional seja um divisor de águas entre Ponta Porã e Pedro Juan Caballero. Contudo, a história e o cotidiano dessas cidades estão interligadas de modo que comungam relações funcionais de grande intensidade.

A fronteira física (formal) é resultado da expressão de poder e, portanto, expansão de domínio decorrente da Guerra do Paraguai.

O território político tomou outras formas, foi redesenhado. Da mesma forma, a porção brasileira foi redesenhada tanto pela expansão do território brasileiro após a Guerra do Paraguai, como pela instituição do Território Federal cuja capital era Ponta Porã.

A territorialização da fronteira se mescla com a história da disputa pelas terras cujo palco foi a porção paraguaia, tanto na Guerra do Paraguai como na Guerra do Chaco.

A história da erva-mate enquanto primeiro ciclo econômico e sua decadência, a sojicultura e posteriormente, o início do comércio reexportador e a queda do governo Stroessner, dão seqüência nesse processo de territorialização.

De acordo com a tipologia das fronteiras proposta por Oliveira (2005), esse território insere-se na denominação de Fronteiras Vivas, dado que correspondem a características que mais se aproximam da realidade vivenciada na conurbação Ponta Porã-Pedro Juan Caballero.

Para essa categoria, a densidade demográfica tem papel importante e a estrutura social que a define apresenta-se de forma complexa, muito embora não haja nenhum

constrangimento nas relações de troca em se tratando de nações diferentes e a integração formal e funcional é uma constante, assim como a transgressão das determinações formais é prática comum:

As transgressões, manutenções, interposições, distorções, as trocas e os trocos afirmam um movimento e um comportamento transversal nas convivências e nas interações, favorecendo uma dinâmica particular das atividades, com características singulares naquele território, em especial, nas conurbações: os abusos da funcionalidade são, no geral, corrigidos pela imposição de ações de integração formais; por outro lado, a integração funcional oferece vantagens suficientes para construir uma relação de convivência capaz de suplantar a concepção tradicional de fronteira (barreira, limite, corte e descontinuidade). (OLIVEIRA, 2005, p. 388)

O dinheiro ilegal se dilui no cotidiano e se torna importante propulsor de uma cadeia de atividades. Direta ou indiretamente gera ocupações que promovem a circulação monetária e, como consequência, a demanda por mercadorias e serviços dinamizando as relações comerciais.

Além disso, a diferença entre as normas e políticas nacionais estimulou a definição de Pedro Juan Caballero como entreposto comercial.

Do lado brasileiro, as atividades econômicas centrais estão relacionadas com a agropecuária, cuja realização acontece nos moldes internacionais proporcionada pelo comércio local de implementos e insumos agrícolas que coloca a disposição dos produtores locais a tecnologia existente.

É através da atividade comercial, ou seja, da circulação de produtos das mais diferentes nacionalidades do lado do Paraguai, que o território insere-se no contexto das transformações abordadas inicialmente.

Os produtos disponibilizados comercialmente possuem nacionalidade diversificada, embora boa parte das mercadorias apresente a etiqueta com a identificação *made in Taiwan*, *made in China*⁶⁸.

Atualmente, a expressão máxima em compras é materializada por um shopping recentemente inaugurado⁶⁹.

As relações comerciais nas duas cidades não se limitam às compras realizadas pelos turistas brasileiros do lado paraguaio.

⁶⁸ Os produtos produzidos nos países asiáticos ou a parte da produção que é realizada nesses países são exemplos da tendência flexibilizadora da produção em nível mundial.

⁶⁹ O primeiro e único no padrão de shopping center dessa região de fronteira, que oferece além do consumo de mercadorias, o consumo de lazer e entretenimento.

O cotidiano, tanto de brasileiros como de paraguaios, se mescla. O consumo de mercadorias comercializadas do lado brasileiro pela população vizinha está relacionado com a oferta de determinados bens cuja configuração atende ao padrão de consumo⁷⁰ vigente, bem como a forma de pagamento que pode ser realizada por meio da venda à prazo (crediário⁷¹).

Os brasileiros, não somente os turistas, mas também pontaporanenses e moradores dos municípios próximos, se deslocam até a cidade vizinha para a obtenção de produtos até mesmo produzidos no Brasil (não necessariamente empresas brasileiras), cujo preço praticado daquele lado é bastante inferior ao praticado no mercado brasileiro. Essa situação decorre do tratamento dado aos produtos brasileiros que passam pelo processo de exportação⁷² e correspondem a produtos de todas as categorias.

Além das mercadorias e das pessoas, a força de trabalho apresenta uma fluidez bastante peculiar. O emprego de trabalhadores brasileiros do lado do Paraguai e o emprego de paraguaios do lado do Brasil expressa a flexibilização (tanto em termos de terceirização como da informalidade) do trabalho, que é outra característica do atual estágio produtivo capitalista.

A “abundância” de oferta de mão-de-obra possibilita a queda dos níveis salariais comprometendo o poder de negociação dos trabalhadores. Nesse aspecto, a vinculação com um ou outro Estado-Nação não é relevante, sequer considerada.

Do ponto de vista da qualificação dos trabalhadores e formação profissional, existe um número considerável de instituições de ensino superior em ambos os lados da fronteira do território pesquisado que ofertam cursos das diferentes áreas do conhecimento (como Administração, Normal Superior, Ciências Econômicas, Ciências Contábeis, Direito, História, Letras, Pedagogia, Geografia, Educação Física, Engenharia Civil).

Os cursos ofertados em Pedro Juan Caballero que se destacam se referem às áreas biomédicas como Enfermagem, Odontologia, Medicina, que atraem estudantes brasileiros diante dos preços das mensalidades serem inferiores aos praticados nas universidades brasileiras, mesmo sabendo-se que o reconhecimento dessa titulação no Brasil ainda não é uma realidade.

Até 2006, era ofertado o vestibular para o curso de administração com habilitação em comércio exterior em Ponta Porã. Embora a extinção da ênfase tenha ocorrido em atendimento às orientações do Ministério da Educação, em 2004 foi realizada uma pesquisa

⁷⁰ Esse consumo pode ser exemplificado pelas lojas de móveis e eletrodomésticos, calçados e confecções.

⁷¹ Forma de pagamento que não é prática comum em Pedro Juan Caballero.

⁷² As marcas Malwee, Diana (confecção) e Nestlé (alimentício) correspondem a produtos que exemplificam essa forma de comercialização.

junto aos egressos para identificar a atuação desses profissionais no mercado de trabalho de modo a justificar tal habilitação. Identificou-se que os profissionais formados não estavam atuando na área. Além disso, a dificuldade em realizar o estágio junto às empresas que atuam na atividade de comércio exterior foi exposta tanto pelos egressos como pelos graduandos.

Esse cenário decorre da dificuldade em identificar empresas que atuam no segmento importador/exportador interessadas e habilitadas (leia-se formalizadas) para efetivar a contratação de estagiários. Ora, essa situação não condiz com a “realidade” já que o número de empresas cuja fachada indica ser importadora ou exportadora é significativo sugerindo um mercado de trabalho potencial.

Esse relato é um dos vários exemplos que se somam às especificidades apresentadas e correspondem a relações complexas no território de Ponta Porã e Pedro Juan Caballero.

Ainda com relação ao consumo, é preciso destacar o consumo de serviços públicos que também segue a dinâmica anterior e está relacionado principalmente ao atendimento hospitalar e educacional. Nesse contexto, o planejamento bilateral se torna importante, entretanto, não é realizado de forma a considerar a “dupla nacionalidade” dos problemas do território conurbado.

Em geral, o diálogo entre o poder público municipal das duas cidades acontece de forma não preventiva, ou seja, antevendo ou evitando problemas, e sim de forma emergencial quando o problema chegou em seu estado de estrangulamento⁷³.

Assim como a esfera econômica das duas cidades apresenta momentos de maior conexão segundo os custos e vantagens envolvidos, em alguns aspectos sociais a conexão acontece com menor intensidade, havendo, inclusive, certa discriminação.

Embora o matrimônio entre brasileiros e paraguaios seja uma prática comum, percebe-se uma clara separação pejorativa entre o que é de natureza paraguaia e o que é de natureza brasileira. A identidade (territorialidade) não é tida de forma a identificar todos enquanto igualmente integrantes (habitantes) do território de fronteira, e sim pela nacionalidade.

⁷³ Como ocorre com a questão da saúde pública que somente no momento presente está sendo discutido um sistema de atendimento que contemple recursos para o atendimento da população da região de fronteira independente da nacionalidade. Outros esforços têm sido efetivados no sentido de regularizar algumas particularidades da fronteira como a criação do Parlamento Internacional Municipal (Parlim) que é composto por representantes da Câmara Municipal de Ponta Porã e da Municipalidad de Pedro Juan Caballero e o Comitê de Fronteira composto por representantes das diferentes instituições públicas de ambos os países.

5.3.1 A lógica conjuntural e estrutural em Ponta Porã e Pedro Juan Caballero

Assim como o mundo é regido pela competitividade, o comércio reexportador também o é e expõe uma relação dialética entre Ponta Porã e Pedro Juan Caballero.

A divisão territorial do trabalho na fronteira indica uma relação com o mercado nacional brasileiro e global bem definida de modo que a atividade econômica do lado do Brasil é preponderantemente agropecuária e está voltada ao abastecimento das outras regiões do país, seja para transformação e consumo nacional ou exportação; enquanto Pedro Juan Caballero (assim como Ciudad de Leste, guardadas as devidas proporções) tem a função de realizar a circulação das mercadorias globais.

Em Pedro Juan Caballero, a atividade industrial⁷⁴ não é significativa e está concentrada nas transformações do setor alimentício (panificadoras), móveis de porte médio, serralherias e indústria de calçados: atividades intensivas em mão-de-obra. Portanto, não conta com um parque industrial diversificado tornando-o ainda mais “conectado” (se não dependente) aos produtos e tecnologias globais.

Do ponto de vista da atratividade e qualidades territoriais, a vantagem competitiva de Pedro Juan Caballero em relação à Ponta Porã está pautada na diferença das políticas fiscais, sendo a carga tributária paraguaia inferior da praticada no Brasil.

Além disso, o tratamento tributário diferenciado dado aos produtos brasileiros que são exportados, faz com que os mesmo produtos sejam vendidos dos dois lados da fronteira, porém com preços que chegam a ser até 50% inferiores no lado paraguaio.

É nesse contexto que se insere a lógica da reexportação. Porém, a reexportação praticada na conurbação não atende somente ao conceito oficial (apresentado no item 3.2). É sinônimo de triangulação, uma vez que os produtos são exportados por empresas brasileiras e retornam para o Brasil por meio do turismo de compras. Dessa forma, o controle aduaneiro não existe porque se registra nas aduanas apenas dois dos três movimentos dos produtos⁷⁵.

Segundo os dados fornecidos pela representação da Secretaria da Câmara da Indústria e Comércio de Pedro Juan Caballero, em 1994 a atividade comercial do lado paraguaio recebia em média 3.500 pessoas por dia e contabilizava o ingresso de aproximadamente US\$ 1 milhão em termos de vendas.

⁷⁴ Em Ponta Porã existem aproximadamente 266 indústrias segundo os dados da Federação das Indústrias do Estado de Mato Grosso do Sul sendo que contabilizam-se nesse número inclusive padarias. Duas indústrias de grande porte se destacam: um frigorífico e uma indústria de óleo comestível.

⁷⁵ Miami também é conhecida como importante ponto de triangulação.

A partir da metade dos anos de 1990, especificamente 1999, houve o arrefecimento do processo de desaceleração da atividade comercial como consequência das mudanças expostas anteriormente. Porém, a partir de 2003 inicia-se um momento de retomada das atividades e nos últimos dois anos o número de turistas/dia passou para 1.200, contabilizando em média o ingresso em termos monetários de US\$ 250 mil.

A organização empresarial também passou por modificações diante do comportamento do turismo. Em 1994, havia um número menor de empresas, mas com maior concentração de capital. Essa situação pode ser exemplificada pelo comércio de tecidos, que em 1995 correspondia a 22 lojas e em 2006, totalizam 06.

Sendo assim, atualmente existem mais empresas, porém, de menor tamanho (e, portanto, correspondendo a uma concentração de capital investido menor) que continuam tendo como proprietários árabes, chineses, coreanos e brasileiros.

Pedro Juan Caballero atrai empresários brasileiros porque apresenta condições de financiamento melhores (taxa de juros inferiores) do que no Brasil, além da política fiscal diferenciada (incidência tributária menor) que impacta significativamente na planilha de custos e dos benefícios da política cambial brasileira no comércio além fronteira.

Não foi possível obter o número total de empresas em Pedro Juan Caballero. Por diversas vezes, recorreu-se a Municipalidad de Pedro Juan Caballero (o setor de Inspeção General é responsável por essas informações, uma vez que toda empresa precisa registrar a patente de acordo com o volume do capital investido), mas sem sucesso. Informalmente, soube-se que o número aproximado de empresas é de 800⁷⁶.

Apesar de não se dispor de dados exatos e concretos, algumas especificidades foram identificadas, senão por segmento comercial, mas de forma genérica.

Segundo informações da Câmara da Indústria e Comércio de Pedro Juan Caballero e demais entrevistados, o abastecimento da atividade comercial se dá em geral por representantes das importadoras que se localizam em Asuncion e Ciudad Del Este e que fazem visitas comerciais regulares.

⁷⁶ Em Ponta Porã, são 745 empresas ativas segundo os dados fornecidos pela Secretaria de Receita e Controle para o ano de 2005. De acordo com as informações, as atividades que concentram maior número de empresas são: Roupas feitas e confecções em geral (10,6%); Peças, acessórios, equipamentos e materiais elétricos para veículos (7,1%); Armazéns, mercadinhos, mercearias ou empórios (6%); Farmácias e drogarias (3%); Produtos agropecuários em geral (2,3%); Café, bares, botequins, casas de lanches (2%); Calçados e artefatos de couro e produtos similares (1,7%).

Os produtos do setor de alimentos, bebidas, materiais de limpeza e higiene⁷⁷ são, em sua maioria, oriundos dos países do Mercosul e chegam a Pedro Juan Caballero por meio das importadoras de Asuncion e Ciudad Del Este⁷⁸.

O ramo de pneumáticos é composto por empresas de grande porte (aproximadamente 05) e por empresas informais que promovem, segundo os entrevistados, concorrência desleal, já que trabalham com produtos recauchutados, usados e riscados.

Os principais fornecedores localizam-se no Brasil, em Asuncion, Ciudad Del Este e Salto Del Guairá e a nacionalidade dos produtos é variada (brasileira, japonesa, chinesa, européia e alemã). Os consumidores desses produtos em geral são do Estado de Mato Grosso do Sul.

Em alguns segmentos, especialmente no setor têxtil e de alimentos, identificou-se que os consumidores são tanto brasileiros como paraguaios residentes na conurbação ou próximos a ela. Com relação à origem dos produtos têxteis, identificou-se que esses produtos originam-se do Brasil (SP), da Coréia do Sul, Estados Unidos da América, Japão, Inglaterra, Indonésia e China.

Os empresários que atuam no turismo de compras, mas também abastecem o comércio ambulante no Brasil, informaram que os consumidores localizam-se nos estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e São Paulo, sendo que o mercado consumidor de Pedro Juan Caballero e de Ponta Porã corresponde respectivamente em média a 5% e 10%. Para essas empresas o próprio comércio informal e ilegal (camelôs) em Pedro Juan Caballero compõe os concorrentes desleais.

Com relação ao principal ponto comercial de Pedro Juan Caballero, o Shopping China⁷⁹, algumas considerações particulares se fazem necessárias, a começar por sua localização.

Em 2005, a empresa que se localizava no centro comercial de Pedro Juan Caballero, se transferiu para um local na entrada das duas cidades afastado do centro comercial tradicional. Essa nova localização tem permitido, em menos de dois anos da sua inauguração, a ampliação da estrutura física e dos serviços oferecidos⁸⁰.

⁷⁷ Informalmente, obteve-se a informação de que são aproximadamente 370 empresas em Pedro Juan Caballero do tipo mercados, mercearias e armazéns.

⁷⁸ Embora as empresas e produtos de Ciudad Del Este abasteçam o comércio em Pedro Juan Caballero e apresentem similaridades na atividade de reexportação, segundo os entrevistados, o consumidor final, ou seja, o turista brasileiro de Pedro Juan Caballero, é diferente do turista brasileiro de Ciudad Del Este.

⁷⁹ Segundo alguns entrevistados, essa empresa estaria atuando como monopolista no fornecimento de alguns produtos, como bebidas. Essa informação não foi confirmada pelo representante da empresa entrevistado.

⁸⁰ Atualmente oferece também a troca de pneumáticos. As obras em andamento indicam futuras instalações de um supermercado e posto de gasolina.

A própria localização é um indicativo da diferenciação do perfil⁸¹ do turista de compras. Embora os preços praticados no shopping possam ser superiores do que nas demais empresas, as possibilidades de consumo num único lugar se sobrepõem de acordo com o poder aquisitivo. Já é perceptível a valorização⁸² de outras empresas (em geral de pneumáticos) próximas ao local.

Segundo informações coletadas, os próprios empresários próximos da nova localização se organizaram para revitalizar uma parte da linha internacional transformando-a numa praça com a intenção de “barrar” qualquer possibilidade de expansão dos camelôs que estão na linha internacional e poderiam estar migrando para as proximidades.

Outra iniciativa empresarial da administração do Shopping China foi transformar o antigo local em um supermercado. Esse empreendimento também está organizado de modo a se destacar e aproximar-se dos padrões das redes de supermercados que atuam no Brasil⁸³. Ar condicionado, uma variedade de produtos alimentícios, de higiene e limpeza, brinquedos, bebidas, utilitários domésticos de várias nacionalidades e ainda praça de alimentação são os produtos e serviços oferecidos.

Com relação ao sistema bancário, algumas considerações são necessárias. Anos atrás ficou comprovado que tanto bancos paraguaios como brasileiros eram usados em operações de lavagem de dinheiro e evasão fiscal, o que explica o encerramento das atividades de algumas agências bancárias.

O sistema bancário em Pedro Juan Caballero é composto por um banco de natureza pública (Banco Nacional de Fomento) e apenas uma única agência bancária privada (Banco Bilbao Vizcaya Argentaria / BBVA), cujas linhas de fomento direcionam-se para a pecuária de exportação (destinada para países da Europa, Chile e Rússia), agricultura através das multinacionais (como ADM e Cargill), mas não atende o pequeno comércio dado o volume financeiro requerido para movimentação. As atividades financeiras (como compensação de cheques e trocas monetárias) são realizadas pelas Casas Bancárias⁸⁴.

As empresas possibilitam o pagamento em reais e no cartão de crédito internacional (dadas as vantagens do câmbio oficial), sendo que outras formas a prazo não são possíveis diante “*da falta de organização da praça*”. Porém, algumas lojas de maior porte possibilitam

⁸¹ A população de Ponta Porã e Pedro Juan Caballero corresponde a apenas 5% dos consumidores do Shopping China. Além disso, cerca de 60% dos clientes pagam suas compras com cartão de crédito (outro indicativo do poder aquisitivo desses clientes).

⁸² Reforma e ampliação.

⁸³ Não existe nenhum nesse padrão em Ponta Porã.

⁸⁴ Assim como o número de empresas em Pedro Juan Caballero, não foi possível identificar o número de casas bancárias diante do alto grau de informalidade.

o pagamento tanto em cartão de crédito (internacional) como em cheques pré-datados para clientes cadastrados.

Outra fonte de alterações nas relações comerciais é a mudança no valor da cota de produtos importados que passou por quatro alterações dos anos de 1990 aos dias atuais. Em 1992, o valor permitido em compras era de US\$ 500 e foi reduzido nos períodos posteriores (em 1996 é reduzido para US\$ 250) até o limite de US\$ 150 em 1997. Em abril de 2005, o valor é alterado para US\$ 300 vigorando até o momento atual.

5.3.2 A conformação das redes de relacionamento comercial

Os fluxos estruturais no território de fronteira podem ser expressos pela relação importação / exportação.

Enquanto o Paraguai abastece o mercado brasileiro, segundo informações da Administração de Aduanas de Pedro Juan Caballero, com produtos como o carvão vegetal que se destina ao abastecimento da indústria siderúrgica da Região Sudeste; o Brasil (em geral empresas da região Sudeste) exporta para o Paraguai: suplemento mineral, pneumáticos, cervejas e bebidas em geral, calçados (como das marcas Havaianas e Grendene), cimento, material de construção (telhas, vidros), alimentos, produtos de limpeza, eletrodomésticos, óleos lubrificantes e produtos veterinários.

Além do carvão, o Brasil importa do Paraguai especialmente aço, farinha de mandioca, alho, carne bovina, tijolos, madeiras, tubos plásticos, gordura animal, sementes e leite em embalagem longa vida.

A soja e o gado paraguaio são exportados para a Europa, Ásia (especialmente China que compra todo tipo de produto natural), Chile, Estados Unidos da América e África.

De acordo com o representante dos despachantes aduaneiros, outras relações de natureza estrutural se configuram na América do Sul e envolvem a economia chinesa. A China se associou ao Chile para produzir cobre, com a Venezuela para produzir petróleo e gás, e com o Brasil e Argentina para produzir todo tipo de matéria-prima (trigo, cereal, soja).

Do ponto de vista das possibilidades de entrada das mercadorias e com relação às alternativas de saída para o mar e, portanto reconfigurações territoriais do Paraguai, Vasquez (2005) explica que é a partir de 1970 que o Rio de la Plata deixa de ser a única alternativa para a superação do isolamento geográfico, sendo o Porto de Paranaguá a nova opção. Para

tanto, as atividades comerciais paraguaias passam a estar relacionadas com a rede rodoviária brasileira.

Por outro lado, essa alternativa significou o rompimento da relação de dependência desse país com o porto de Buenos Aires, além da integração do Paraguai na órbita brasileira. O aumento das relações comerciais entre esses dois países e o surgimento de Ciudad Del Este (ou Porto Presidente Stroessner) são resultados dessa aproximação.

Dessa forma, o Brasil se coloca como importante parceiro comercial no sentido de romper com o isolamento geográfico do Paraguai, o que mais tarde será oficializado pelo Tratado do Mercosul. Tal situação explica o fato das principais cidades paraguaias, em termos de dinamismo comercial e econômico, estarem localizadas na fronteira: Asuncion, Ciudad Del Este e Encarnacion.

Atualmente, as exportações e importações do Paraguai ocorrem via porto de Santos (e Paranaguá) ou pela via fluvial através da Argentina e Uruguai até chegar em Ciudad Del Este e Asuncion. Então, o transporte ocorre por via terrestre até Pedro Juan Caballero.

Essa alternativa para a entrada dos produtos globais no Paraguai, embora adotada com menor intensidade, corresponde a custos menores que o frete terrestre no Brasil.



Fonte: Pesquisa de campo.

Figura 5.3.2.1 – Trajeto das relações comerciais de Pedro Juan Caballero na América do Sul.

As setas vermelhas indicam os países que conectam o território com os produtos globais e correspondem aos portos citados anteriormente. África e Austrália não fazem parte dessa lógica.

O desenho das relações comerciais do território de fronteira reforça os pressupostos teóricos discutidos anteriormente. A inserção desse território na lógica das trocas mundiais continua tendo como pauta o fornecimento de produtos com pouco ou nenhum valor agregado e a importação de produtos tecnologicamente valorizados.

5.3.3 A prática do Tratado do Mercosul e outras implicações comerciais e políticas na fronteira Brasil-Paraguai

Segundo o Centro de Despachantes de Aduana do Paraguai / CDAP, em Pedro Juan Caballero existem aproximadamente 12 escritórios de despachos aduaneiros que são os responsáveis pela relação entre os exportadores e importadores internacionais e a aduana do Paraguai.

Até fins da década de 1990, o acompanhamento das atividades aduaneiras no Paraguai era manual. Por isso, o controle e a análise estatística das relações comerciais do Paraguai são bastante recentes, uma vez que não existia um banco de dados informatizado.

Essa realidade se alterou em 1998 quando ocorreu a implantação de um programa específico (Programa Sofía), porém, só a partir de 2006 que essas informações passaram a ser compiladas no formato de relatórios analíticos⁸⁵.

Está previsto, ainda para o ano de 2006, o início da inclusão e adequação de todas as atividades de importação e exportação dos países membros do Mercosul num mesmo sistema informacional (Sistema Indira), de modo que até 2008, toda circulação (entrada e saída) de mercadorias esteja num único banco de dados e seja passível de análise.

Esse sistema faz parte do processo de implantação da política tarifária comum e da normatização das seguintes certificações: Certificado de Compromisso de Política Arancelária Comum/CCPAC, Certificado de Compromisso de Regime de Origem de Mercosul/CCROM. O objetivo é regulamentar a circulação dos produtos produzidos pelos países membros do Mercosul.

⁸⁵ Esse trabalho é realizado por três fiscais que atuam na Administração de Aduanas de Pedro Juan Caballero.

Segundo o representante dos despachantes aduaneiros, até o ano de 2000 havia uma incapacidade de integração dos países do Mercosul por diversos interesses econômicos exigindo um processo de reformulação do tratado.

Diante das especificidades da economia do Paraguai que o impossibilitam de competir com o Brasil e com a Argentina, a não ser por fatores conjunturais, o país vizinho mantém uma lista de produtos que recebem tratamento diferenciado: não serão incluídos na política do Mercosul até 2011. Esse prazo está previsto para que o Paraguai possa se adequar à política tarifária comum que deverá vigorar.

Para alguns entrevistados, Pedro Juan Caballero “sobrevive⁸⁶” pela existência de Ponta Porã. As relações comerciais estimuladas, sobretudo pela lógica conjuntural, são fundamentais para a economia pedrojuanina e a manutenção dessa situação também o é, o que justifica a lista de produtos com tratamento diferenciado até 2011.

Além disso, o Paraguai mantém outras relações políticas e econômicas históricas que merecem destaque, em especial com a China. A China “continental” não vislumbra uma aproximação comercial com o Paraguai porque o mesmo não tem condições de processar nada e possui relações estreitas com a China “insular” (Taiwan) desde a década de 1960.

O governo de Stroessner era apoiado pelos Estados Unidos e atraía chineses insulares. Essa aproximação teve reflexos mesmo anos depois da queda do governo ditatorial e pode ser exemplificada pela obra do Palácio Legislativo em Asuncion que foi construído com a doação de Taiwan que perfez o montante de US\$ 20 milhões (1997/1998). Em 2002 a relação significou o empréstimo de US\$ 400 milhões, o que atualmente se traduz em problemas nas relações internacionais do Paraguai.

Ademais, o país vizinho é visto como a Suíça da América porque a circulação, tanto de bens tangíveis e intangíveis, tem muito mais estímulos do que a atividade produtiva em si.

Essas especificidades contribuem para uma relação dialética dos países membros do Mercosul que adotam políticas de defesa da sua produção da concorrência dos outros países membros. Soma-se a isso, o fato de que as estatísticas sobre as importações e exportações dos países membros são velhas e frágeis, o que deve mudar com o sistema Indira.

Portanto, para o Paraguai a reexportação é extremamente benéfica e se nutre pela condição de conurbação, mas nem a legislação brasileira nem a paraguaia respaldam essa particularidade no sentido de promover a integração econômica e social.

⁸⁶ Para alguns entrevistados é o inverso que ocorre.

Sendo assim a Aduana, tanto do Brasil como do Paraguai, não tem controle sobre o que entra e sai nesse território porque não legisla sobre a realidade.

Nas palavras de um entrevistado: *“O Mercosul prevê o livre trânsito de bens, capital e pessoas, mas as autoridades não estão preparadas para essa realidade. O Mercosul acontece nas grandes capitais porque é de interesse de empresas vinculadas a essas cidades. Quem se beneficia do Mercosul é quem está fora da fronteira”*.

6. CONCLUSÃO

O funcionamento econômico das sociedades e dos territórios tem historicamente passado por algumas transformações pontuais que promovem (re) ajustamentos nos âmbitos da produção, circulação e consumo de bens e serviços.

Essas transformações podem ser pontuadas na seguinte sequência: em primeiro lugar, está o constante aumento da capacidade de produção. Em segundo lugar, está a crescente separação funcional e espacial da produção, e por fim, destaca-se a especialização progressiva das tarefas e funções tanto do ponto de vista da unidade de produção, como dos territórios.

Como resultado, tem-se a fragmentação da produção e do trabalho entre os territórios que tendem a se especializar em diferentes atividades e, portanto promovem diferentes fluxos de intercâmbio. Logo, destaca-se o caráter desigual das trocas em termos monetários diante da divisão técnica, social e territorial do trabalho.

A conjugação dessas mudanças formata um conjunto de elementos inter-relacionados (sistemas) que se especializam e hierarquicamente se organizam mantendo um *equilíbrio* (grifo nosso) dinâmico.

Essa é a lógica da configuração da economia mundial e está presente nas diferentes escalas territoriais dos fluxos materiais, monetários e imateriais. Tais fluxos acompanham o comportamento dos fatores de produção que determinam, por sua vez, as vantagens competitivas.

Dessa forma, a competitividade extrapola a esfera empresarial e se estabelece entre países, regiões e cidades que estão conectados em redes e apresentam uma complexidade crescente.

O dinamismo e a instabilidade decorrentes dessa competitividade infiltram-se nas vantagens empresariais ou territoriais promovendo a redefinição dos ganhadores ou perdedores do processo econômico.

Posto isso, conclui-se que a evolução econômica e a capacidade de crescimento dos territórios é função do somatório da sua capacidade de gerar ou atrair investimentos, das características dos fatores de produção, da estrutura social, da acessibilidade para com as áreas mais dinâmicas e das políticas públicas.

Nesse contexto, pontuam-se algumas características do atual estágio do capitalismo (global) como: a submissão das atividades econômicas em relação à lógica do capital que se expandiu de forma planetária; a interdependência dos sistemas produtivos e relações de fluxos em redes; a generalização da lógica mundializada que orienta a atuação das empresas e instituições; a uniformização do comportamento do consumo diante da publicidade e dos meios de comunicação; a fragilização das relações trabalhistas e da reprodução social diante das mudanças da regulamentação do trabalho.

Por fim, destaca-se a conformação dos territórios cada vez mais competitivos em função das vantagens comparativas e dependentes dos outros territórios.

Muito embora alguns movimentos não sejam específicos do momento atual porque historicamente foram percebidos (como a recomposição dos mapas econômicos e geopolíticos do mundo, a redefinição da localização das empresas, a formalização de um espaço de fluxos) é tácito que a globalização promove mudanças espaciais que redefinem a organização territorial.

Essas mudanças desencadeiam ainda outras particularidades e desafios quando atingem uma determinada escala local: um território conurbado sobreposto à condição de fronteira internacional. O caráter local é permeado pelas especificidades que geram conflitos de toda ordem.

Tais particularidades e desafios decorrem da sobreposição de leis e regras de nacionalidades diferentes e com objetivos concorrentes. Ou ainda, da ausência de leis específicas para os territórios fronteiriços de modo a minimizar ou mesmo resolver os problemas principalmente aqueles decorrentes das diferentes políticas econômicas e das diferentes possibilidades de fluxos.

O Paraguai, por suas características geográficas, históricas e institucionais, responde de forma mais rápida e flexível mostrando-se menos resistente à nova organização capitalista criando possibilidades elásticas e mutáveis. Pedro Juan Caballero se destaca em relação à

Ponta Porã não por mérito como resultado de uma vida econômica mais ativa ou por características estruturais, mas em decorrência dos aspectos da lógica conjuntural.

A permeabilidade da fronteira está expressa na influência que a política econômica e o planejamento público brasileiro historicamente desempenharam sobre a realidade paraguaia.

A descontinuidade e a fragilidade também fazem parte da realidade da fronteira.

A primeira é definida pela relação com os exportadores de tecnologia, os espaços ganhadores. A fragilidade está pautada pela dependência e vulnerabilidade em relação aos humores da política econômica brasileira, como em relação à moeda norte-americana que referencia todas as transações, os custos e os lucros e, portanto promove a homogeneização do dinheiro.

A comercialização de produtos globais no território de fronteira é o expoente da inserção dessa porção territorial na lógica do capital. A ditadura do dinheiro e da informação está presente através da publicidade e da mídia que estimulam o consumo e o colocam como expressão de inclusão social.

A organização e distribuição das empresas em Pedro Juan Caballero refletem a segmentação do mercado. O deslocamento de uma única empresa para uma área não central é o exemplo de como a busca por nichos de mercados específicos (re) ordena a ocupação do solo urbano e reflete a atuação de lógicas exógenas.

O caráter global da fronteira é representado por suas relações comerciais com importantes portos mundiais que conformam as redes de relacionamento. Numa escala menor, as redes se desenham sobre o território brasileiro conferindo-lhe importância enquanto possibilidade logística.

Pedro Juan Caballero se nutre do mercado consumidor brasileiro, mas o seu mercado fornecedor é global, constituído por regiões ganhadoras, descontínuo e conectado em redes. São as verticalidades que se destacam.

As lógicas exógenas e os fatores limitantes internos influenciam a formação das horizontalidades e verticalidades na fronteira. Contudo, a formatação das redes ou as verticalidades não necessariamente correspondem aos anseios políticos. Se a China continental não se aproxima diplomaticamente do Paraguai, do ponto de vista comercial através dos produtos chineses não existem problemas comerciais já que essas transações não dependem de aspectos políticos e sim comerciais.

Pedro Juan Caballero não produz bens exportáveis de alto valor agregado, mas a reexportação de bens com alto valor agregado de forma mais competitiva que o lado brasileiro

possibilita defini-la como ganhadora em relação à Ponta Porã e até mesmo em relação a Mato Grosso do Sul.

A competitividade não se limita às empresas, os trabalhadores brasileiros e paraguaios também disputam o mercado consumidor da sua força de trabalho. Do ponto de vista quantitativo esse aspecto é significativo, mas no aspecto qualitativo não implica em força de trabalho com melhor qualificação. Para que o desenvolvimento e a incorporação tecnológica aconteçam é necessário que os indivíduos estejam capacitados para tal, o que está relacionado com o nível de qualificação.

A oferta e demanda por serviços e equipamentos públicos estão longe de encontrar o ponto de equilíbrio.

A (des) organização financeira, por sua vez, é reflexo dos conflituosos interesses que permeiam a fronteira. O dinheiro ilegal se mescla em tal magnitude com as atividades lícitas que é quase impossível desatar os nós dessas relações. Talvez nesse aspecto seja possível falar em desterritorialização política como resultado do poder que as atividades ilegais procuram absorver.

Dessa maneira, as relações comerciais e a reexportação não se limitam à comercialização de produtos que visam atender a criação constante de novas necessidades; são extensivas às atividades ilegais, desde a pirataria e contrabando até o crime organizado.

Dialeticamente, é a atividade reexportadora que gera dinamismo e emprego em Pedro Juan Caballero, muito embora o principal consumidor não seja o pedrojuanino ou o pontaporanense.

Por outro lado, essa atividade não altera a condição de inserção da economia local: não prevê agregação de valor e a torna cada vez mais dependente dos humores externos uma vez que a lógica das redes preocupa-se em conectar a divisão internacional do trabalho e não alterar essa lógica.

Sem indústria, sem tecnologia e sem centros de pesquisa, Pedro Juan Caballero se “especializa” na comercialização dos produtos globais e se beneficia pelo conjunto da política econômica brasileira.

O câmbio valorizado estimula o consumo de produtos importados e a carga tributária brasileira estimula o consumo de produtos brasileiros comprados do outro lado da linha. São os fluxos conjunturais que ora se destacam, permitindo que Pedro Juan Caballero possibilite ao capital maiores vantagens competitivas. No entanto, as interações conjunturais se mesclam

às estruturais. É o turismo de compras (e portanto a reexportação) que promove o processo de apropriação e, portanto, a territorialização econômica nos dias de hoje.

As atividades comerciais beneficiadas no Paraguai, como supermercados, postos de combustível, casas de material de construção e até mesmo a prestação de serviços privados, são desestimuladas no território brasileiro já que não conseguem competir com os preços praticados no Paraguai.

Contudo, esses efeitos são inversamente proporcionais no lado brasileiro e a complementaridade comercial, está presente.

Do lado brasileiro, outras atividades comerciais são estimuladas como as lojas de departamentos (Móveis Gazin, Casas Bahia, Ponto Certo) e outras (do vestuário e calçados) que possibilitam o pagamento parcelado, prática incomum do lado do Paraguai diante das especificidades das empresas paraguaias com relação à concentração de capital.

A atividade comercial em Pedro Juan Caballero responde rapidamente às tendências de consumo. Isso é comprovado pelo hiato tempo do lançamento dos produtos e sua oferta no comércio local.

O ambiente favorável aos negócios, mesmo que fragilmente, encontra-se no lado paraguaio da fronteira embora ocorra apenas a comercialização de produtos com tecnologia e não a incorporação tecnológica e consequente agregação de valor.

As estratégias empresariais do lado paraguaio estão intimamente vinculadas com o comportamento da economia brasileira, não só pelas possibilidades conjunturais, mas pelas impossibilidades que podem ser geradas.

O território brasileiro se relaciona comercialmente com Pedro Juan Caballero de duas formas: através da prática do consumo e através do abastecimento.

O mercado consumidor brasileiro localiza-se geograficamente tanto de forma contígua (Mato Grosso do Sul), como longínqua (Mato Grosso e São Paulo). Porém, o mercado fornecedor brasileiro é expresso significativamente pela Região Sudeste, indicando uma complementaridade muito maior em termos continentais do que locais.

É o consumo que direciona a fluidez cotidiana: consumo dos produtos globais, consumo da força de trabalho que constitui a imigração diária, consumo dos serviços e equipamentos públicos.

Se por um lado há uma clara seletividade nas possibilidades de consumo (expressa pelas lojas maiores como Shopping China e Studio Center), por outro a oferta de produtos de

consumo de massa permite a “inclusão” das outras camadas sociais. Não se pode ignorar que o interesse do capital global é escoar a produção e abarcar mercado de consumo de massa.

Além disso, o turismo de compras e a atividade reexportadora em Pedro Juan Caballero é intensivo em mão-de-obra muito embora a tendência seja o auto-serviço (self-service).

Se a conexão com o “moderno” acontece por meio dos produtos globais, a prevalência de paradigmas ultrapassados está presente na expectativa de desenvolvimento e geração de empregos através da instalação de indústrias.

Do ponto de vista jurídico e político, Ponta Porã e Pedro Juan Caballero distanciam-se pela existência de “limites” internos (a subdivisão política-administrativa) que resultam em aspectos de ingovernabilidade, mas do ponto de vista das relações sociais e econômicas formam um único território.

Algumas ações no sentido de minimizar os gargalos da efetiva integração local estão previstas no Tratado do Mercosul. No entanto, tendo-se quase finalizado o ano de 2006 não se registrou nenhuma ação no sentido de efetivar a unificação tarifária, o que pode ser um indicativo de que o processo do Mercosul não tem alcançado seus objetivos nem prazos que constantemente são revistos.

Mas não são apenas os aspectos comerciais e econômicos que devem ser previstos. Se os aspectos sociais não o forem, podem resultar em novos gargalos que continuarão inviabilizando o processo de integração.

A cidade de Ponta Porã é definida (identificada) como Princesinha dos Ervais, haja vista sua história econômica. Contudo, hoje esse “*apellido*” não consegue expressar qualquer identidade ou particularidade, uma vez que a produção da erva-mate não é significativa se comparada com momento histórico anterior.

O cotidiano da população dessa fronteira é constituído pela existência de leis e regras que ora se sobrepõe, ora se mesclam e ainda promovem contradições que resultam na concepção de fronteira como sinônimo de ilegalidade.

Na essência, o que deveria ser sinônimo da fronteira é sua riqueza sócio-cultural que envolve a música (e, portanto a harpa), a gastronomia, o artesanato, o tereré e todas as formas de comunicação e expressão particulares da fronteira (a territorialidade), haja vista que o território fronteiriço é delimitado pelo limite internacional, mas só esse aspecto tem delimitação rígida porque para a interação social, as emoções, a cultura e o cotidiano não existem demarcações físicas.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABINZANO, Roberto Carlos. **Las regiones de frontera: espacios complejos de la resistencia global**. In: OLIVEIRA, Tito Carlos Machado de. Território sem limites: estudos sobre fronteiras. Campo Grande: UFMS, 2005.

ALMEIDA, Paulo Roberto de. **Mercosul: fundamentos e perspectivas**. São Paulo: LTr, 1998.

ARROYO, Mônica. A internalização do externo no ambiente dos negócios: novos elementos na dinâmica territorial. In: CASTELLO, Iara Regina. KOCH, Mirian Regina. OLIVEIRA, Naia. SCHAFFER, Neiva Otero. STROHAECKER, Tânia. (org.). **Fronteiras na América Latina: espaços em transformação**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1997.

BAUMANN, Renato (org.). **O Brasil e a Economia Global**. Rio de Janeiro: Elsevier, 1996.

BENDLIN, Cynthia. Procesos de integración y la regularización de la economía informal en ciudades de frontera. In: CASTELLO, Iara Regina. KOCH, Mirian Regina. OLIVEIRA, Naia. SCHAFFER, Neiva Otero. STROHAECKER, Tânia. (org.). **Fronteiras na América Latina: espaços em transformação**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1997.

BENITO, Roberto del Amo. **Transformaciones economicas y câmbios sociodemograficos en el espacio de conurbacion Tarragona-Reus (1960-1996)**. In: www.tdx.cesca.es acessado em 31/08/06.

BENKO, Georges. **A recomposição dos espaços**. Campo Grande: Revista Interações, vol. 1, n.2, 2001.

BENKO, Georges. LIPIETZ, Alain. **As regiões ganhadoras. Distritos e redes: os novos paradigmas da geografia econômica**. Oeiras: Celta Editora, 1994.

BENKO, Georges. LIPIETZ, Alain. Das redes de distritos aos distritos em rede. In: **As regiões ganhadoras. Distritos e redes: os novos paradigmas da geografia econômica**. Oeiras: Celta Editora, 1994. (p. 247-253).

BENKO, Georges. LIPIETZ, Alain. O Novo debate Regional. In: **As regiões ganhadoras. Distritos e redes: os novos paradigmas da geografia econômica**. Oeiras: Celta Editora, 1994. (p. 3-15).

BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade**. Companhia das Letras

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. **Proposta de Reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira: Bases de uma política integrada de desenvolvimento regional para a faixa de fronteira**. Brasília: MIN, 2005.

CAMPOS, Luis. PEREIRA, Carlos. **Transformación del ambiente de negócios em Ciudad del Este: Análisis y acciones de las Empresas de Bienes Informáticos y Telecomunicaciones (BIT), Electrónicos y otras Industrias.** Asuncion: 2006. No prelo.

CARAVACA, Inmaculada. **Los nuevos espacios ganadores y emergentes.** Santiago: Eure (Scielo Chile), v.24 n.73, 1998.

CARAVACA, Inmaculada y MENDEZ, Ricardo. **Trayectorias industriales metropolitanas: nuevos procesos, nuevos contrastes.** . *EURE (Santiago)*. [online]. ago. 2003, vol.29, no.87 [citado 16 Agosto 2006], p.37-50. Disponible en la World Wide Web: <http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0250-71612003008700003&lng=es&nrm=iso>. ISSN 0250-7161.

CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em Rede. A era da informação: economia, sociedade e cultura.** Vol. 1. São Paulo: Paz e Terra, 2005 (8ª edição).

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital.** São Paulo: Xamã, 1996.

CHESNAIS, François. **A mundialização financeira: gênese, custos e riscos.** São Paulo: Xamã, 1998.

CONCEIÇÃO, O . BIANCHINI, D. **A Companhia Matte Laranjeira e a ocupação da terra do Sul de Mato Grosso; 1880-1940.** Campo Grande: UFMS, 2000.

COSTA, Laís. GADELHA, Carlos A. Grabois. A Política Nacional de integração e desenvolvimento das fronteiras: O Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira – PDF. In: OLIVEIRA, Tito Carlos Machado de Oliveira (org.). **Territórios sem limites: estudos sobre fronteiras.** Campo Grande: UFMS, 2005, p. 25-46.

DUPAS, G. **Economia Global e Exclusão Social.** São Paulo: Paz e Terra, 2001.

FABIO, Yolanda Vazquez. **La maquila em Paraguay.** In: Población y Desarrollo. Nº 26, ano XIV. San Lorenzo: Universidad Nacional de Asunción, Facultad de Ciências Econômicas, Dirección de Investigacion y Extension, 2004.

FABIO, Yolanda Vazquez. **La maquila em Paraguay (II).** In: Población y Desarrollo. Nº 27, ano XIV. San Lorenzo: Universidad Nacional de Asunción, Facultad de Ciências Econômicas, Dirección de Investigacion y Extension, 2004.

FEDATTO, Nilce A. Freitas. Educação em Mato Grosso do Sul: limitações da escola brasileira numa divisa sem limites na fronteira Brasil-Praguai. In: OLIVEIRA, Tito Carlos Machado de Oliveira (org.). **Territórios sem limites: estudos sobre fronteiras.** Campo Grande: UFMS, 2005, p. 491-510.

GIDDENS, Anthony. **As conseqüências da modernidade.** São Paulo: Unesp, 1991.

GOIRIS, Fabio Anibal Jará. **Descubriendo la frontera: historia, sociedad y política em Pedro Juan Caballero.** Ponta Grossa: Inpag, 1999.

GOIRIS, Fabio Anibal Jará. **Paraguay: ciclos adversos y cultura política**. Asunción: Servilibro, 2004.

GONÇALVES, Reinaldo. **Globalização e Desnacionalização**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

GRUPO RETIS DE PESQUISA. Mapa cidades gêmeas. Disponível em: <http://www.igeo.ufrj.br/gruporetis>. Acessado em novembro e dezembro de 2006.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” a multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HARVEY, D. **Condição Pós-Moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 1993.

HOBBSAW, E. **A Era dos Extremos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/default.php>. Acessado em agosto de 2006.

KLEINKE, Maria de Lourdes Urban (et. al.). O Paraíso dos outros. in SCHAFFER, Neiva Otero. STROHAECKER, Tânia. (org.). **Fronteiras na América Latina: espaços em transformação**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1997.

LE BOURLEGAT, Cleonice Alexandre. **Mato Grosso do Sul e Campo Grande: Articulações espaço-temporais**. Presidente Prudente: no prelo, 2000.

LAHORGUE, Maria Alice. Dinâmica espacial da produção e da população e as zonas de fronteira – reflexões sobre o Mercosul. In: SCHAFFER, Neiva Otero. STROHAECKER, Tânia. (org.). **Fronteiras na América Latina: espaços em transformação**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1997.

MACHADO, João Bosco M. **Mercosul: Processo de Integração, origem, evolução e crise**. São Paulo: Aduaneiras, 2000.

MACHADO, Lia (et. Al.). O desenvolvimento da faixa de fronteira: uma proposta conceitual-metodológica. In: OLIVEIRA, Tito Carlos Machado de Oliveira (org.). **Territórios sem limites: estudos sobre fronteiras**. Campo Grande: UFMS, 2005, p. 87-112.

MAIA, Jayme de Mariz. **Economia Internacional e Comércio Exterior**. São Paulo: Atlas, 2003.

MAILLAT, Denis. **Globalização, meio inovador e sistemas territoriais de produção**. *Interações* – Revista Internacional de Desenvolvimento Local. V. 3, n.4, p.9-16, mar. 2002.

MÉLO, José Luiz Bica de. Reflexões conceituais sobre fronteira. In: SCHAFFER, Neiva Otero. STROHAECKER, Tânia. (org.). **Fronteiras na América Latina: espaços em transformação**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1997.

MÉNDEZ, Ricardo. **Geografía económica - la lógica espacial del capitalismo global**. Barcelona: Ariel, 1997.

MOURA, Rosa. Dos espaços sem fronteiras às fronteiras dos espaços. In: SCHAFFER, Neiva Otero. STROHAECKER, Tânia. (org.). **Fronteiras na América Latina: espaços em transformação**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1997.

MULLER, Ulrich. **Descentralización “desde abajo”**. In: OLIVEIRA, Tito Carlos Machado de. **Território sem limites: estudos sobre fronteiras**. Campo Grande: UFMS, 2005.

OLIVEIRA, Naia. Áreas de fronteira na perspectiva da integração latino-americana. In: LEHNEN, Arno Carlos. CASTELLO, Iara Regina. SCHAFFER, Neiva Otero. (org.). **Fronteiras no Mercosul**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1994.

OLIVEIRA, Tito Carlos Machado de Oliveira. Tipologia das relações fronteiriças: elementos para o debate teórico-práticos. In: OLIVEIRA, Tito Carlos Machado de Oliveira (org.). **Territórios sem limites: estudos sobre fronteiras**. Campo Grande: UFMS, 2005, p. 377-408.

PARAGUAI. Ley n. 2422/2004. **Código Aduaneiro do Paraguai**. Disponível em: www.aduana.gov.py. Acessado em setembro de 2006.

PÉBAYLE, RAYMOND. As regiões fronteiriças e o projeto de integração do Mercosul. In: LEHNEN, Arno Carlos. CASTELLO, Iara Regina. SCHAFFER, Neiva Otero. (org.). **Fronteiras no Mercosul**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1994.

PENNER, Reinaldo. **Movimiento Comercial y Financiero de Ciudad del Este: Perspectivas dentro del proceso de integración**. Asunción: Banco Central del Paraguay, 1998. Disponível em <<http://www.bcp.gov.py/>>. Acesso em 12 de fevereiro de 2005.

QUEIROZ, Paulo Roberto Cimo. **Mato Grosso / Mato Grosso do Sul: Divisionismo e identidades (um breve ensaio)**. Dourados: UFGD, 2006.

RAFFESTIN, Claude. A ordem e a desordem ou os paradoxos da fronteira. In: OLIVEIRA, Tito Carlos Machado de Oliveira (org.). **Territórios sem limites: estudos sobre fronteiras**. Campo Grande: UFMS, 2005, p. 09-15.

RAMÍREZ, Julio. Amambay: Evolución económica y potencialidades agropecuárias y turísticas. In: MASIF, & BORDA, D. **Economías Regionales y Desarrollo Territorial**. CADEP, Asunción, 2002.

RATTI, Bruno. **Comércio Internacional e Câmbio**. São Paulo: Aduaneiras, 2000.

RIQUELME, Marcial Antonio. Migrações Brasileiras no Paraguai. In: OLIVEIRA, Tito Carlos Machado de Oliveira (org.). **Territórios sem limites: estudos sobre fronteiras**. Campo Grande: UFMS, 2005, p. 49-85.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço. Técnica e tempo. Razão e Emoção**. São Paulo: Hucitec, 1997.

SANTOS, Milton. **O Espaço dividido**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004 (2ª edição).

SANTOS, Milton. SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2004.

SANTOS, Milton. **Por uma Geografia Nova**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2004.

SCARLATO, Francisco C. SANTOS, Milton. SOUZA, Maria Adélia de. ARROYO, Mônica. (org.). **O novo mapa do mundo: globalização e espaço latino-americano**. São Paulo: Hucitec, 1997.

SCHAPOSNIK, Eduardo. **As teorias da integração e o mercosul: estratégias**. Florianópolis: Editora da UFSC, 1997.

SCHENONE, Carlos Roberto. CÁCERES, Eliodoro Ramon. **Mercado Común Del Sur: estructura y resoluciones desde su creación: 1991 – 2005**. Pedro Juan Caballero: 2005.

SCHUMANN, Harald. MARTIN, Hans-Peter. **A armadilha da globalização: o assalto à democracia e ao bem-estar social**. São Paulo: Globo, 1997.

THOMPSON, Grahame. HIRST, Paul. **Globalização em questão**. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

TORECILHA, M.L. **A fronteira, as cidades e a linha**. Campo Grande: Uniderp, 2004.

VÁSQUEZ, Fabricio. Las reconfiguraciones territoriales del Chaco Paraguayo: Entre espacio nacional y espacio mundial. In: OLIVEIRA, Tito Carlos Machado de Oliveira (org.). **Territórios sem limites: estudos sobre fronteiras**. Campo Grande: UFMS, 2005, p. 131-154.

VEIGA, José Eli da. **A face territorial do desenvolvimento**. *Interações* – Revista Internacional de Desenvolvimento Local. v. 3, n.5, p.5-19-16, set. 2002.

VELTZ, Pierre. **Hierarquia e redes na organização da produção e do território**. in: BENKO, Georges. LIPIETZ, Alain. **As regiões ganhadoras. Distritos e redes: os novos paradigmas da geografia econômica**. Oeiras: Celta Editora, 1994 (p. 189-201).

VELTZ, Pierre. **Mundialización, ciudades y territorios**. Barcelona: Editorial Ariel, 1999.

Anexos

ANEXO A – ROTEIRO DE ENTREVISTAS



Roteiro de entrevista integrante do projeto de pesquisa ***Dinâmica Comercial no território de fronteira: Reexportação e Territorialidade na conurbação Ponta Porã e Pedro Juan Caballero*** desenvolvido pela mestranda Eliana Lamberti (UEMS/UFMS) sob orientação do Prof. Dr. Tito Carlos Machado de Oliveira (UFMS).

Empresa:.....

Entrevistado/função:.....

Data da entrevista:.....

1. Perfil da empresa:

1.1 Atacadista () Varejista ()

1.2. Matriz () → Se possui filiais, quantas e onde estas se localizam:.....

1.3 Filial () → Se é filial, onde a matriz está localizada:.....

2. Principais produtos comercializados:

3. Nacionalidade desses produtos:

4. Localização do fornecedor (cidade/país):

5. Os trâmites para importar

6. Trajeto (corredor) percorrido pelos produtos até entrar em PJC

7. Facilidades e dificuldades da atividade em PJC

8. Mercado consumidor

8.1 Localização

8.2 Perfil / diversificação

8.3 Fidelidade / Frequência

- 9. Participação/importância do mercado consumidor de PJC**
- 10. Participação/importância do mercado consumidor de Ponta Porã e MS**
- 11. Prazos e condições de pagamento**
- 12. Concorrência**
- 13. Origem/nacionalidade dos proprietários**
- 14. Tempo de atuação na atividade e em PJC**
- 15. Percentual de trabalhadores de origem paraguaia, brasileira e de outras nacionalidades.**

ANEXO B – SISTEMATIZAÇÃO DOS ENTREVISTADOS

<i>Empresa/Órgão/Instituição</i>	<i>Entrevistado / função</i>	<i>Informações pesquisadas</i>
1.Casa Nica	Nicanor Luiz Orué / proprietário	Aplicação do questionário
2. Shopping China	Felipe Cogorno / proprietário	Aplicação do questionário
3. Administração de Aduana de Pedro Juan Caballero	Carlos Kuster Guerreros (Administrador), Luiz Villalba (fiscal)	Código Aduaneiro do Paraguai, produtos importados e exportados que tramitam pela Aduana, Programa Sofia, sites oficiais de pesquisa.
4. Pneus Porã (pneumáticos)	Sonia Fruto (gerente)	Aplicação do questionário
5. Don Hector (mercado/conveniência)	Isabel e Heitor (proprietários)	Aplicação do questionário
6. Continental Comercial (mercado)	Lici (proprietária)	Aplicação do questionário
7. Agência Cáceres (Despachante Aduaneiro)	Carlos Roberto Schenone (assessor técnico)	Atuação e função dos despachantes aduaneiros em Pedro Juan Caballero diante do Mercosul.
8. Banco Bilbao Vizcaya Argentaria /BBVA	Javier Osvaldo Romero (gerente)	Atuação do sistema financeiro e bancário em Pedro Juan Caballero
9. Paraguay Vende	Reinaldo Penner (diretor), Gustavo Acuña (diretor corredor Norte), Sergio Feliciángeli (gerente de coordenação)	Reexportação em Pedro Juan Caballero, discussão do trabalho realizado para o Banco Central do Paraguai sobre a reexportação em Ciudad del Este
10. Câmara da Indústria e Comércio de Pedro Juan Caballero / Têxtil Paraguai	Tomás Julian Medina (secretário e proprietário de loja têxtil)	Movimento turístico e financeiro em Pedro Juan Caballero, atuação das empresas comerciais e industriais. Aplicação de questionário
11. Câmara da Indústria e Comércio de Pedro Juan Caballero / Centro do Tecido	Pedro Alcides Zanquete Bondiman (tesoureiro e proprietário de loja têxtil)	Movimento turístico e financeiro em Pedro Juan Caballero, atuação das empresas comerciais e industriais. Aplicação de questionário
12. Ministério da Indústria e Comércio	Gustavo Cañete (representante do MIC em Pedro Juan Caballero)	Procedimentos aduaneiros, regime de Turismo, reexportação

13. Universidad Columbia del Paraguay	Fernando Villasboa Romañach	Pesquisa bibliográfica sobre o tema pesquisado
14. MG Despachos Aduaneros	Célia Candia de Gonzalez	Procedimentos aduaneiros, regime de Turismo, reexportação
15. Gobernacion del Departamento del Amambay	Francisco Barreto (secretário de educação)	Indicações de fontes de dados sócio-econômicos
16. Luiz Alberto Cogorno Menezes	Consultor Empresarial	Indicação de autoridades a serem entrevistadas, informações sobre o comércio de Pedro Juan Caballero e Ponta Porã
17. Consulado do Brasil no Paraguai	Hamilton Leal (vice-consul)	Reexportação, importação e exportação Brasil-Paraguai.
18. Consulado do Paraguai no Brasil	Sara Olmedo (assessora)	Reexportação, importação e exportação Brasil-Paraguai.